



BRASIL
Edição 12 – ano III
maio/junho de 2004

filantropia[®]

Voluntariado & Terceiro Setor

Em busca da

PAZ

● **Gratuidades**

Filantropia e serviços
prestados pelas entidades

● **Parcerias**

Fortalecimento de instituições
com a Parceria Público-Privada

● **Elaboração de projetos**

Segunda matéria da sequência
sobre como elaborar projetos



*Como as
organizações
sociais
combatem
um dos
piores
males do
Brasil:
a violência*



Entrevista

Um dos palestrantes do 7º Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, **Luiz Eduardo Wanderley** fala de democracia e integração



**SE VOCÊ TEM
UM SONHO ASSIM,
TRAGA QUE A
GENTE QUER
SONHAR JUNTO.**



**Inscreva já o seu projeto social nas áreas
de Educação e Qualificação Profissional para
Jovens e Adultos, Geração de Emprego e Renda e
Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.
Para acabar com a fome no Brasil é preciso
investir também no desenvolvimento social.**

Através do apoio a projetos sociais, o Programa Petrobras Fome Zero pretende combater a miséria e ajudar a transformar a realidade das comunidades mais pobres do País. Desenvolvimento com cidadania é a proposta da Petrobras para dar dignidade às populações excluídas. Até o dia 27 de maio estão abertas as inscrições para a seleção pública de projetos da área social. Acesse o site **www.petrobras.com.br/patrociniosocial** e conheça mais detalhes.



Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

A photograph of three children playing in a grassy yard. In the foreground, a young boy with blonde hair, wearing an orange t-shirt, is crouching and holding a red and white ball. Behind him, a girl in a yellow t-shirt and red pants is running towards him. To the left, another boy in a blue and white striped shirt is also running. The background shows a house and some flowering plants.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor. Atuando há mais de xx anos neste segmento as soluções Asplan atendem organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas. Entre em contato conosco para obter mais detalhes das nossas soluções, nós entendemos as suas necessidades e possuímos uma política diferenciada para um setor tão especial.

www.asplan.com.br - Tel (11) 5081.9800



Soluções Inteligentes na Gestão de Informações

Asplan Softwares de Gestão R. Loefgreen, 1365 Vila Mariana 04040 031 São Paulo SP Brasil
Tel (11) 5081.9800 Fax (11) 5081.9804 www.asplan.com.br comercial@asplan.com.br

Organizações que utilizam Asplan:

Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bienal • Instituto HP • Fundação Diaconia

Saiba tudo que acontece no Terceiro Setor



A mais importante fonte de informação sobre a prática do bem no Brasil

*Uma revista voltada a todos que militam em prol do Terceiro Setor, estreitando a relação entre entidades beneficentes, voluntários, doadores, governo e pessoas carentes.

Tudo que você precisa para administrar seu projeto social de forma equilibrada e economicamente sustentável



Captação de recursos

Dicas de como mobilizar recursos para sua entidade. Como e onde conseguir verbas privadas e públicas, técnicas de controle e relacionamento com doadores.



Gestão do Terceiro Setor

Contabilidade, administração e metodologias aplicadas à gestão de entidades sem fins lucrativos. Controles financeiros, certificação filantrópica e imunidade de impostos.



Projetos sociais

Modelos de gestão que deram certo. Do Oiapoque ao Chuí, exemplos de entidades sociais e ambientais, com histórico, números e conselhos úteis de seus dirigentes.



Leis, tributos e gratuidades

Tudo sobre o direito filantrópico. Leis específicas e suas alterações comentadas por especialistas, controle de gratuidades e um canal direto com o MPAS e o CNAS.



Responsabilidade social

O papel exercido pelo Primeiro e Segundo Setores na composição do cenário social brasileiro. Responsabilidade corporativa e projetos sociais de diversas empresas.



Voluntariado

Dicas, direitos e deveres para um bom voluntariado. Onde, como e porque atuar voluntariamente em algum projeto social ou entidade não-governamental.



Existem formas mais eficazes de conseguir doações

Veja o que fez a Associação Brasileira de Esclerose Múltipla (ABEM): investiu R\$ 1,00 e ganhou R\$14,98.

Rendeu mais do que Poupança, Fundos de Ações ou qualquer outra aplicação do mercado. E, para tanto, a ABEM não ganhou nada do Governo nem de grandes empresas. Ela ganhou diretamente de doadores que colocaram a mão no bolso (depois de ouvir o coração) e... simplesmente doaram!

Como isso foi possível?

Utilizando as ferramentas do Marketing Direto e a assessoria da PMK, que domina essa técnica melhor do que ninguém.

E você? O que está esperando para entrar em contato e descobrir o que podemos fazer por sua instituição? Quanto vai custar isso? NADA, absolutamente NADA. Peça hoje mesmo uma consulta GRÁTIS com um consultor da PMK.

Malas Diretas de Levantamento de Fundos • Construção de Banco de Dados de Doadores fiéis e generosos • Programas de Relacionamento e Fidelização de Doadores • Estruturação de Centrais de Atendimento e Telemarketing (ativo e receptivo).

Peça hoje mesmo sua consulta grátis

www.pmk.com.br/cons

e digite o código FL1

11 5054.3601


pmkmarketing
direto

Ídolo e exemplo de cidadão brasileiro



Poucos seres humanos se transformam em ídolos. Dos que atingem a fama, muitos são corrompidos pelo dinheiro e pela intensa vida social a que são obrigados a levar após conquistar renome. O orgulho passa a imperar e dificilmente deixam sobressair a humildade que, muitas vezes, era existente enquanto João-ninguém.

As celebridades – sejam elas esportistas, artistas, empresários – que mantêm essa humildade no coração e, sobretudo, amor à humanidade, ao seu povo e às próprias origens, sustentam viva uma chama que é a simplicidade de ser humano comum, sem distinção por classe social, cor, profissão ou notoriedade.

Destes homens do bem, podemos destacar Renato Aragão, Gustavo Kuerten, Milú Vilella, entre alguns outros brasileiros que fizeram e fazem a história ter outro sobrenome e trazem o sorriso e bem-estar a outros cidadãos menos favorecidos.

Nesse ínterim, não podemos deixar de citar um nome que mudou a história do esporte do Brasil e do mundo, ajudou a mudar a história de centenas de pacientes de um grande hospital de São Paulo, ajudou a mudar a vida de crianças e carentes do Brasil. Um homem que deixou o sabor de conquista e de patriotismo na boca de cada brasileiro. Parou o mundo para que chorássemos sua morte: Ayrton Senna.

Dez anos se passaram e o nome do “Beco”, como era chamado por sua família, continua alegrando as crianças e emocionando os adultos, seja pelas lembranças dos grandes prêmios conquistados, com o Tema da Vitória na trilha-sonora. Seja pelas histórias do Senninha mas, principalmente, pelo trabalho comandado por sua irmã Viviane no Instituto Ayrton Senna.

“A imagem vitoriosa deste brasileiro, considerado um dos maiores atletas da história, é reconhecida nos quatro cantos do mundo, seja por seu talento excepcional e por sua determinação impressionante, ou por seu desempenho quase mágico. Mas isso tudo não resume o homem Ayrton Senna. Ao lado de sua paixão pelas pistas, pelos carros e pela velocidade tão conhecida de todos nós, havia também uma outra: a paixão por seu povo e seu país. Esta paixão secreta se revelava a cada Grande Prêmio conquistado quando, em meio à multidão, ele insistia em procurar a bandeira que dizia ao mundo de onde vinha e com quem adorava dividir aquela vitória. Esse mesmo amor podia ser visto em seus olhos quando, dois meses antes do acidente que lhe tirou a vida, ele falava sobre seus planos de estabelecer alguma ação efetiva de ajuda a seu povo, especialmente a crianças e jovens, principais vítimas de uma sociedade desigual”, resume Viviane Senna.

A saudade que este grande brasileiro nos causa demonstra a vontade insaciável de vitória de nosso povo, espelhando a humildade e solidariedade com o próximo, motivada pela vontade de vermos um Brasil mais justo e mais humano.

“Ousar: o progresso só se consegue com este preço.”
Victor Hugo


Marcio Zeppelini
Editor

Construindo Juntos um Futuro Sustentável

O Grupo Store, líder em soluções integradas de gerenciamento, organizou no começo de abril o encontro Construindo Juntos um Futuro Sustentável. O evento reuniu cerca de 500 pessoas que conheceram o *Appreciative Inquiry*, nova ferramenta de gestão baseada na administração colaborativa. Essa metodologia de planejamento, diferentemente das outras, tem como fundamento a construção de um futuro, em vez da identificação de problemas.

 www.grupostore.com.br



Festa realizada pelo grupo Store no evento

Programa Sebrae de Artesanato

Implementado em 1998, o programa acontece nas 27 unidades federativas do Brasil. Ao longo desse período, o Sebrae já capacitou 90 mil artesãos. O propósito é contribuir para o desenvolvimento sustentável por meio do artesanato e, ao mesmo tempo, promover a cultura, economia e o social dos territórios. A atividade é ainda fonte geradora de renda e ocupação.

 www.sebrae.com.br

Imprensa Social

Durante a Bienal do Livro foi lançado o projeto Imprensa Social, que se destina à publicação de livros realizados em parceria com ONGs. A meta é dar visibilidade a trabalhos ligados à área de educação, saúde, comportamento, meio ambiente e minorias. A iniciativa tem apoio da Unesco, Agência de Notícias dos Direitos da Criança e Ashoka Brasil, entre outros.

 www.imprensaoficial.com.br

Dia Global do Voluntariado Jovem

Criado nos Estados Unidos em 2000 pelas organizações Youth Service America e Youth Action Network, o dia é realizado anualmente por milhões de jovens em mais de 150 países. Neste ano, o evento ocorreu nos dias 16, 17 e 18 de abril. O objetivo da comemoração, além de celebrar a cidadania juvenil, é mostrar que o mundo pode mudar com a força do voluntariado.

 www.natalvoluntarios.org.br



XIII Congresso de Hospitais Filantrópicos

O XIII Congresso de Provedores, Diretores e Administradores Hospitalares de Santas Casas e Entidades Filantrópicas de São Paulo aconteceu simultaneamente à XIII Mostra de Materiais, Equipamentos e Serviços Hospitalares e com o 7º Encontro de Saúde Mental. O presidente da Federação das Santas Casas de Misericórdia da Bahia e Conselheiro do CNAS, Antônio Brito, deu um panorama sobre a filantropia no Brasil: "As entidades preparadas legalmente para captar recursos e obter benefícios governamentais estão concentradas nas regiões sul e sudeste. Elas também possuem maior acesso a informações públicas e privadas, o que permite conseqüentemente maior desenvolvimento do setor não-governamental nessas regiões. O governo precisa entender que suas verdadeiras parceiras são as entidades filantrópicas sérias e atuantes e, a partir daí, estabelecer quais regras definirão essa parceria e quais serão as obrigações e contrapartidas de ambas as partes dentro desse cenário social adverso pelo qual o Brasil está passando".

 www.fesehf.org.br

Instituto Ethos e Terra Networks Brasil

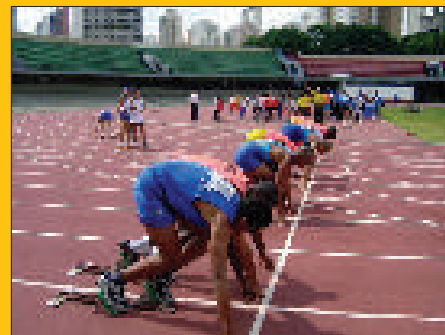
O Terra, provedor de internet, e o Instituto Ethos fizeram uma parceria em prol da responsabilidade social empresarial. Desde abril, o instituto oferece conteúdo para a nova página localizada no canal Cidadania do Portal Terra. A iniciativa pretende dar visibilidade e informações sobre o tema. A parceria começou em janeiro de 2003, quando as duas instituições criaram o site do programa Fome Zero.

 www.cidadania.terra.com.br/responsabilidade

Jogos Brasileiros de Cegos e Deficientes Visuais

Durante o feriado da Semana Santa, os melhores atletas cegos e deficientes visuais se reuniram em São Paulo para classificação para os jogos de Atenas. A competição foi organizada pela Associação Brasileira de Desportos para Cegos (ABDC) e pela Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo. Os jogos contaram com a participação de 50 entidades de todas as regiões do país.

 www.cpb.org.br



Prova de atletismo

Censo do Terceiro Setor

O Programa Articulação pela Cidadania (PAC), do governo do Estado em parceria com a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Easp), da Fundação Getúlio Vargas, lançou no dia 11 de março o Censo do Terceiro Setor. O objetivo é formar um mapa eletrônico que possa ser consultado pelo poder público e por empresas privadas, ficando também disponível à consulta popular nos sites do Governo do Estado e da FGV. A primeira fase está sendo feita nos municípios da mesorregião metropolitana de Belém, e a previsão de término é julho.

 www.fgv.br

 www.saopaulo.sp.gov.br

Apae Care Music

O espetáculo, realizado para ajudar a Federação das Apaes do Estado de São Paulo, durou 12 horas e reuniu cerca de 4.500 pessoas. Personalidades como Frejat, Elba Ramalho, Luciana Mello e dez djs brasileiros participaram da festa, que teve como apresentadores Gabriela Duarte, Raul Cortez e Marcos Frota. Além



Gabriela Duarte e Raul Cortez apresentam o show

disso, houve apresentações circenses e números de dança com participação de pessoas com necessidades especiais. O governador Geraldo Alckmin e o secretário de Esportes, Lars Grael, também estavam presentes.

 www.apaes.org.br

Nova sede da Brascari

A Associação Brasil Criança (Brascari) inaugurou a nova sede em um prédio cujo projeto foi doado pelo arquiteto Ruy Ohtake. A estrutura dos projetos de inclusão social e capacitação da ONG podem ser melhoradas, pois o atendimento à população carente de São Paulo será ampliado. A construção pôde ser feita graças a doações feitas à campanha Compre um Terreno na Lua, lançada em setembro do ano passado.

 www.brascari.org

Criação do UniEthos

Em parceria com a Brasilprev e a Vale do Rio Doce, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social lançou, no final de março, uma instituição sem fins lucrativos voltada para a capacitação, pesquisa e conhecimento. O UniEthos pretende oferecer soluções para as empresas nos temas de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. Também atua com a comunidade acadêmica e tem papel fundamental na formação de gestores de empresas.

 www.ethos.org.br/uniethos

Nova sede da Fundação Cafu

A nova sede foi inaugurada em 1º de abril no Jardim Irene, zona sul de São Paulo, bairro onde o jogador passou a infância. O espaço tem 2.041 m² e serão colocados em prática projetos educacionais, culturais e esportivos para crianças e jovens de 7 a 17 anos. O evento de inauguração contou com a presença do governador Geraldo Alckmin e da prefeita Marta Suplicy. A fundação também tem apoio de empresas como Fiat e Microlins, entre outras.

 www.fundacaocafu.org.br

Inauguração da nova sede da fundação no Jardim Irene



Prêmio Desafio de Estocolmo

O projeto Oficina do Texto, criado pelo Portal Educacional, é um dos finalistas do *Stockholm Challenge Award* 2003/2004, promovido pela Comunidade Européia desde 1998. Em sua sexta edição, recebeu 900 projetos de 107 países. O júri internacional selecionou 103 finalistas, entre eles o projeto brasileiro que consiste na produção de livros pela internet.

 www.educacional.com.br

Show pela Vida

Promovida pelos diretórios acadêmicos da Faap, a terceira edição do show contou com as apresentações da banda O Rappa e do cantor Marcelo D2. A renda obtida foi utilizada para comprar livros para o projeto Fome de Saber, da Faap, em apoio ao projeto Quero Ler – Biblioteca para Todos, do governo federal. As duas outras edições arrecadaram 20 toneladas de alimentos e, este ano, a lotação do Via Funchal, que é de 4 mil pessoas, estava esgotada.

 www.faap.br

Marcelo D2 durante apresentação



Brasil incluído em programa do BID

O programa Entra 21, criado pela International Youth Foundation e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) visa à capacitação profissional e aperfeiçoamento de cerca de 12 mil jovens da América Latina e Caribe. O Centro de Ensino Profissionalizante Rotary (Cepro), mantido pela Fundação de Rotarianos de São Paulo, foi escolhido entre 15 instituições para desenvolver o projeto.

Corrida e caminhada contra o câncer de mama

Iniciativa do Instituto Brasileiro de Controle do Câncer (IBCC), a corrida aconteceu no dia 25 de abril em São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, Brasília, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Curitiba, Recife e Vale do Paraíba. Desde sua criação, a campanha já reuniu mais de 30 mil mulheres. Nessa edição, só em São Paulo havia cerca de 1.500 corredoras e 5 mil caminhantes. Nos locais, as mulheres puderam fazer o exame de mama gratuitamente.

 www.ibcc.org.br



Participantes no local da largada

Mudanças no Fórum Social Mundial

O Conselho Internacional do Fórum decidiu que o evento agora passa a ser bienal. Além disso, surgiu a ideia de realizar os encontros intercalados por continentes e temas. Em 2005, o fórum ainda acontece em Porto Alegre, mas em 2007 a edição deve ser africana – a sede ainda está em discussão. Para 2009, México ou Estados Unidos são fortes candidatos, já que se pretende expandir o evento para países do hemisfério norte.

 www.forumsocialmundial.org.br

Igualdade racial

O 2º prêmio Educar para a Igualdade Racial, promovido pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), será entregue a professores que promovam em sala de aula atividades que incluam a temática racial. A segunda edição do prêmio pretende aumentar o debate e diminuir consideravelmente a discriminação nos sistemas de ensino. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a taxa de analfabetismo é três vezes maior entre os negros.

 www.ceert.org.br



Palestra de Marcio Zeppelini sobre Comunicação para o Terceiro Setor

Curso de Aprimoramento e Atualização em Administração, Contabilidade e Direito

O evento foi uma iniciativa da Conferência dos Religiosos do Brasil com patrocínio do Grupo Sergio Monello. Os assuntos discutidos se voltaram especialmente às entidades religiosas, desde comunicação até contabilidade. Os editores da **Revista Filantropia** Marcelo Monello, Ricardo Monello, Marcos Biasoli e Marcio Zeppelini participaram do curso como palestrantes.

 www.sergiomonello.com.br

Nós do Cinema

Criada pelos atores do filme *Cidade de Deus*, Renato de Souza e Leandro Firmino, a ONG já conseguiu filmar curtas de ficção, filmes institucionais e publicitários. Jovens de comunidades pobres trabalham com voluntários de variadas classes sociais, e o intuito do grupo é questionar o padrão estético da TV, importante fator da exclusão social. Os integrantes da ONG têm a oportunidade de fazer estágio em produções de grandes filmes, como *Olga*, de Jayme Monjardim, e *Xuxa Abracadabra*. Há também o projeto Juntando Gente, que leva a obra cinematográfica *Cidade de Deus* e o seriado *Cidade dos Homens* para serem exibidos e discutidos em escolas e universidades no Brasil e no exterior.

 www.nosdocinema.org.br



Integrantes da ONG durante produção de filme

Reatech 2004

A Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação e Inclusão é um dos três eventos mais importantes do mundo destinados a pessoas com deficiência e a profissionais da área. Cerca de 20 mil pessoas compareceram ao evento realizado de 25 a 28 de março, que reuniu empresas especializadas em recolocação profissional do portador de necessidades especiais e outras que buscavam profissionais dentro do próprio evento. Houve ainda atrações como shows e jogos de basquete. A **Revista Filantropia** também marcou presença com um estande no evento.



Shows fazem parte das atrações da feira

Parceria entre TV Globo e Unesco

A união tem como meta somar os esforços para o desenvolvimento de projetos sociais no Brasil. Agora, a Unesco vai colaborar nos projetos da TV Globo, como o Criança Esperança, Amigos da Escola e Globo e Universidade. A Globo vai cooperar com a divulgação de informações e integração de projetos desenvolvidos pela Unesco no país, como o Abrindo Espaços e o Ano Internacional para Celebrar a Luta contra a Escravidão e sua Abolição.

 www.unesco.org.br

Idéia fixa por um Sertão 100 fome

A quinta etapa do projeto atendeu a comunidade carente de Morro de Dentro, em Guanambi, na Bahia. O grupo de voluntários entregou alimentos, roupas e produtos de higiene e limpeza para as famílias que já estavam cadastradas para o acontecimento. Além disso, foram dados cursos de artesanato e de reutilização de pneus. O projeto tem diversos patrocinadores, entre eles: ABN Amro Bank, Goodyear, Nissan Automóveis do Brasil e Renault do Brasil.



Curso de reutilização de pneus

Prêmio Bem Eficiente

Organizado pela Kanitz & Associados, o prêmio, que está na oitava edição, reconhece anualmente 50 entidades que demonstrem trabalho e desempenho com custos baixos e transparência. Todas as entidades prestam contas ao governo e à Receita Federal. As empresas responsáveis pela premiação são a Accor, Banco Dibens, Firmenich, Grupo Solvay e Intermédica Sistema de Saúde. Cada instituição pode se candidatar ao prêmio uma vez, em um intervalo de três anos. A lista das vencedoras está disponível no site desde 12 de maio.

 www.melhores.com.br

Analfabetismo

O relatório Situação da Infância Brasileira 2004, publicado pelo Unicef, divulgou que a taxa de analfabetismo entre jovens de 7 a 14 anos com deficiência chega a 22,4%, enquanto que entre crianças sem deficiência da mesma faixa etária o percentual é de 11,7%.

 www.unicef.org.br

Palestra do INSS

A equipe da área de arrecadação da Gerência Executiva do INSS promoveu a segunda palestra a representantes de entidades beneficentes de assistência social. O objetivo foi informar sobre a entrega dos relatórios de atividades desenvolvidas no ano de 2003.

 www.inss.gov.br

Inauguração da primeira "quimioteca"

O Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (Graacc) e a Fundação Orsa inauguraram a primeira "quimioteca" do país, que transformou a ala de quimioterapia do hospital do Graacc em espaço lúdico e colorido para resgatar a auto-estima dos pacientes.

 www.graacc.org.br
 www.fundacaoorsa.org.br

Programa Igual Diferente

Por esse programa o Departamento Educativo do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) promove a inclusão de jovens com necessidades especiais, por meio de exposição de esculturas, fotografias, xilogravuras e outras técnicas artísticas.

 www.mam.org.br

Gravidez na adolescência

O número de adolescentes grávidas em São Paulo caiu 26% de 1998 até 2003. A redução aconteceu principalmente devido à mudança de abordagem do assunto, não mais como doença, mas como algo relacionado à auto-estima.

 www.andi.org.br

Vagas nas faculdades

Segundo o Censo da Educação Superior, apenas 2% dos jovens brasileiros têm acesso à faculdade. Em 2002 foram feitas 3,4 milhões de matrículas, enquanto a população de jovens era de 174 milhões.

 www.pnud.org.br

Notícias do Planalto

Reforma agrária

O governo federal assegurou R\$ 1,7 bilhão ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a realização da reforma agrária neste ano. Desse modo, 115 mil famílias podem ser assentadas até dezembro. De acordo com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, o planalto assegurou também a integridade financeira dos recursos, e não somente a inclusão orçamentária. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) investiu, até 27 de março, R\$50 milhões na obtenção de terras e realização de benfeitorias nos assentamentos.



Presidente Lula se reúne com ministros para debater sobre a reforma agrária

WILSON DIAS/ABR

Conselho Nacional de Educação

O Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão responsável por assessorar o Ministério da Educação, tem novos dirigentes. O ex-reitor da Universidade Federal do Ceará, Roberto Cláudio Frota Bezerra, vai ocupar o cargo de presidente do CNE até 2006. Para ele, os desafios mais imediatos serão a reforma universitária, as taxas de analfabetismo e a promoção da inclusão social. Além dele, os outros 11 membros foram escolhidos pelo presidente.

Roberto Cláudio Frota Bezerra,
novo presidente do Conselho
Nacional de Educação, em
sua posse



ELZA FIUZA/ABR



Elizete Pereira discursa na cerimônia de lançamento do kit

Kit Família Brasileira Fortalecida

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a diretora-executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Elizete Pereira, lançaram em abril o kit Família Brasileira Fortalecida. O kit pretende ser um guia educativo sobre o processo de desenvolvimento das crianças e consiste em cinco álbuns sobre os direitos e cuidados que devem ser tomados na primeira infância. O material será levado às famílias pelos agentes comunitários de Saúde, professores de creches e pré-escolas, e líderes comunitários do país.

Universidade da Floresta

O projeto Universidade da Floresta, que prevê a criação de uma universidade federal na cidade de Cruzeiro do Sul, foi proposto por políticos e professores do Acre ao ministro Tarso Genro. A idéia se baseia em pesquisas que já foram desenvolvidas na região e conta com o apoio dos ministérios do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, também participou da reunião e é favorável à iniciativa.

Programa de Controle da Tuberculose

O Ministério da Saúde está fazendo o maior investimento no Programa de Controle da Tuberculose (PCT) dos últimos 10 anos. O objetivo é curar 50,5 mil portadores da doença até 2005 e aplicar R\$ 119,5 milhões no programa até 2007. Estima-se que a doença atinja 85 mil brasileiros e que ocorram cerca de 6 mil mortes por ano. Outro agravante é o fato de aproximadamente 8% dos pacientes com tuberculose também terem Aids. Entre as prioridades dos investimentos estão: a expansão do tratamento da doença, aquisição de equipamentos para laboratórios e a integração com o Programa Nacional de HIV/Aids, entre outros.

Redução do câncer de mama

O documento intitulado Consenso Brasileiro de Mama, elaborado pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Nacional de Câncer (Inca), traz novas estratégias para a detecção precoce e tratamento do câncer de mama. O consenso contou com a colaboração escrita de 70 especialistas e a iniciativa pretende diminuir em 20% as mortes causadas pela doença. Secretarias estaduais e ONGs distribuirão um folheto para a população com as principais perguntas e respostas sobre o câncer de mama. A íntegra do documento está disponível no site do Inca.



www.inca.gov.br

Pela preservação da cultura indígena

Uma parceria entre a iniciativa privada e o governo federal está desenvolvendo um trabalho para preservar a cultura indígena do país: o projeto Jogos Indígenas do Brasil. A Bosch do Brasil e os ministérios da Educação e da Cultura pretendem distribuir 20 mil kits e 500 documentários a alunos de 3ª a 6ª séries da rede pública e das escolas nativas. O kit contém livros e jogos típicos indígenas e um guia de brincadeiras para professores. Segundo o ministro da Educação, Tarso Genro, há mais de 2 mil escolas de ensino básico situadas em território indígena, e por esse motivo era necessária a implantação de um projeto dessa natureza.

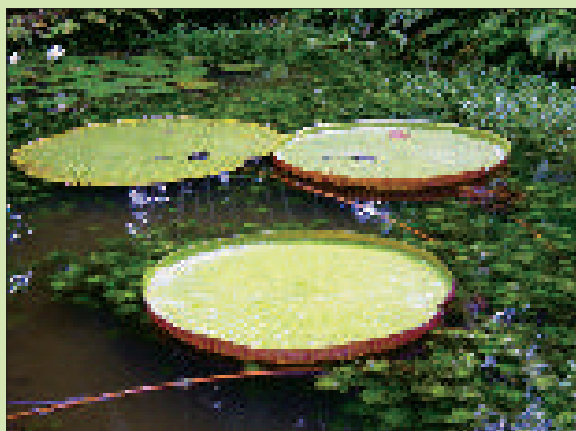
Reestruturação do MEC

O ministro da Educação Tarso Genro anunciou a reestruturação interna do Ministério da Educação. As secretarias passam a ser seis, mudam de nome e foco de atuação. A decisão foi tomada para que se ganhasse mais amplitude e agilidade. Segundo o ministro, as mudanças foram feitas para concentrar e hierarquizar as ações do ministério no segundo ano do governo.

A Amazônia e a gestão da água

A equatoriana Rosália Arteaga tomou posse como secretária-geral da Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia (OTCA), que existe há mais de 25 anos e reúne oito países amazônicos, inclusive o Brasil. Durante o evento, ela falou da necessidade de um programa de gestão de água para a Amazônia, que comece pela preservação das nascentes. Além disso, anunciou a criação do Programa de Gestão Integral e Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia, que receberá cerca de R\$ 30 milhões em investimentos.

 www.radiobras.gov.br



Programa Educação Inclusiva

A Secretaria de Educação Especial (Seesp), do Ministério da Educação, vai implantar o programa Educação Inclusiva em cerca de 2 mil municípios. O sistema permite o acesso de estudantes com necessidades especiais a escolas regulares, a fim de proporcionar interação entre os alunos. De maio a agosto serão realizados cursos de capacitação em Brasília destinados a gestores e educandos de cada cidade. Os municípios foram escolhidos por serem os que apresentam mais condições de disseminar informações para as demais cidades de sua região.

 www.mec.gov.br

ROOSEVELT PINHEIRO/ABR



Ministros Tarso Genro e Gilberto Gil na entrega dos kits pedagógicos do projeto Jogos Indígenas do Brasil

Investimento no Bolsa-Família

O programa do governo receberá aproximadamente US\$ 500 milhões do Banco Mundial ainda em 2004. Até o fim do mandato de Lula, o banco pretende investir mais US\$ 7,5 bilhões em projetos que visem à redução de pobreza, desenvolvimento humano e ações nas áreas de Educação e Saúde. Em reunião com a Comissão Especial para a América Latina (Cepal), o ministro do Desenvolvimento Econômico e Social, Jacques Wagner, elogiou a preocupação do Banco Mundial com as questões sociais.

Novas regras para Primeiro Emprego

Com mudanças, o governo pretende beneficiar cerca de 50 mil jovens com o programa Primeiro Emprego até o final do ano. Uma das alterações mais importantes é a participação de jovens que tenham o segundo grau completo. O novo formato da legislação também acaba com a obrigatoriedade das empresas de manter o emprego por um ano. O objetivo do remanejamento é ter maior velocidade para atingir as metas.

Novo salário mínimo

A partir de 1º de maio, o valor do salário mínimo subiu para R\$ 260. Depois de seis reuniões para discutir o assunto, a decisão foi tomada pelo presidente Lula e oito ministros. O reajuste representa um aumento de 8,3% sobre o valor anterior, que era de R\$ 240. Além desse aumento, o governo também decidiu reajustar o salário-família, que passou de R\$ 13,48 para R\$ 20 por filho de trabalhador que receba salário mínimo. Entidades representativas de trabalhadores esperavam um acréscimo maior que o então estabelecido.

O ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, anuncia à imprensa o valor do novo salário mínimo

ROBERTO BARROSO/ABR



Integração social ibero-americana

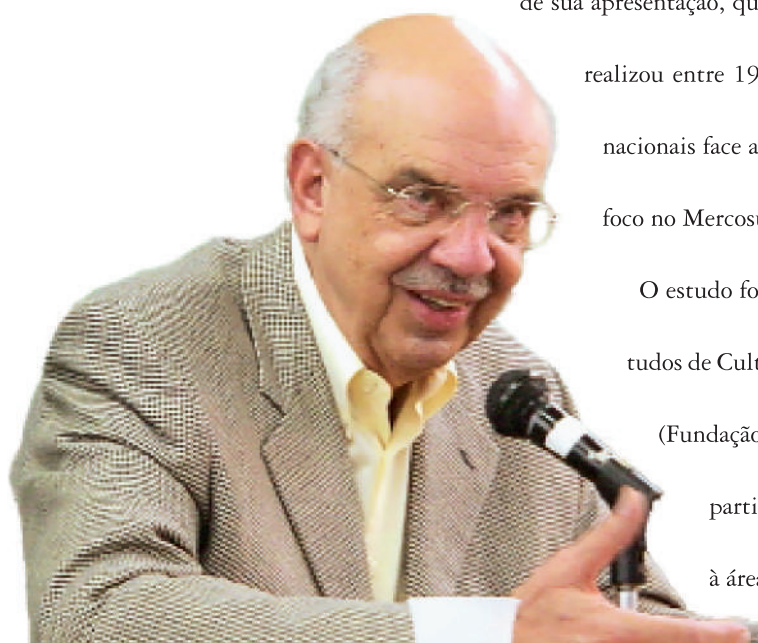
Em sua palestra no 7º Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, o sociólogo Luiz Eduardo Wanderley defende que a integração ibero-americana efetiva depende de um processo amplo de democratização e da resolução dos problemas sociais de cada país

DANIELA TCHERNIACOWSKI

Participante de uma das mesas de debate do evento promovido pelo Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), Luiz Eduardo Wanderley discorrerá sobre o tema “Democracia na Ibero-América – Cultura e desenvolvimento social na pauta da integração regional da América Latina”. Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), da qual foi reitor no período de 1984 a 1988, ele coordena o Núcleo de Estudos Latino-Americanos ligado à pós-graduação em Ciências Sociais da mesma universidade.

Autor de livros e artigos em revistas especializadas, Wanderley oferece um preview de sua apresentação, que está marcada para 17 de maio. Ela é baseada na pesquisa que realizou entre 1999 e 2002 sobre gestão pública estratégica dos governos sub-nacionais face ao processo de inserção internacional e integração regional (com foco no Mercosul).

O estudo foi feito com a colaboração de membros do Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), FGV (Fundação Getúlio Vargas) e Fundap (Fundação do Desenvolvimento Administrativo). Além de detalhar a sua participação no evento, o sociólogo analisa alguns aspectos relativos à área social brasileira.



Revista Filantropia: Quais os principais argumentos de sua apresentação?

Luiz Eduardo Wanderley: Ela se baseia numa pesquisa que aborda a atuação dos governos subnacionais (estaduais e municipais), principalmente os do Estado de São Paulo, com algumas contribuições sobre os governos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foram analisadas as concepções de gestão pública, gestão democrática e integração regional (da América Latina e do Mercosul), abrangendo a visão do empresariado e dos trabalhadores. Tomamos a União Européia como modelo mais desenvolvido de integração regional e o Mercosul como referência básica para coleta de dados. A partir dessa pesquisa, defendemos um conceito de integração regional ampla, não só econômica, mas política, social e cultural. No entanto, somente com a resolução das questões sociais de cada região (englobando temas do crescimento e desenvolvimento, eliminação das desigualdades e injustiças sociais, superação da exclusão etc.) haverá uma efetiva integração. E ela só será democrática se os seus países-membros forem democráticos.

Filantropia: Qual a importância da democracia para a integração ibero-americana?

LEW: No que se refere aos países latino-americanos, que junto com Portugal e Espanha compõem a Ibero-América, a democracia é historicamente frágil. Não existe cidadania plena para a maioria dos povos do continente, já que permanecem problemas decorrentes dos regimes autoritários que impedem o avanço da democracia. Nas últimas décadas tem havido algumas conquistas ainda pequenas na esfera político-institucional (pluralidade de partidos políticos, eleições periódicas, regras da maioria etc.), mas quase não se avançou na democracia econômica (participação de todos nos bens produzidos, distribuição de

renda etc.) e na democracia social (participação ativa nas instituições políticas, nas decisões importantes, etc.).

Filantropia: Como o senhor vê o Terceiro Setor no Brasil?

LEW: O Terceiro Setor é um conceito em construção, que agrupa uma variedade de instituições da sociedade civil. É um espaço ainda indefinido, com organização social pouco delineada. No fundo, o debate se refere às funções do Estado e do setor privado. Há, de um lado, aqueles que criticam a idéia de um Estado mínimo que envolva a redução da responsabilidade estatal. Tal corrente nega valor às tendências dominantes da filantropia empresarial. De outro, estão os que acreditam que é possível subordinar a lógica do mercado à regulação do interesse público, e que o Terceiro Setor estaria compondo uma esfera pública não-estatal.

Filantropia: Que opinião o senhor tem a respeito da gestão dos programas sociais do governo Lula, desde o primeiro ano tão criticada pela imprensa e setores de oposição?

LEW: Um dos pontos polêmicos de todo governo está na gestão política e administrativa, que requer experiência e profissionalismo. Na área social a gestão envolve conjunto complexo e tenso de meios específicos. Um deles advém das alianças entre os partidos de apoio e da colaboração de pessoas indicadas por eles, que muitas vezes destoam da orientação governamental pretendida. No governo Lula existem dificuldades em diversos setores, pela inexperiência e pela falta de parcerias, além das dissonâncias de rumos com pessoas que ocupam cargos importantes. Com relação aos projetos sociais - uma das prioridades estabelecidas na plataforma de governo - houve acúmulo dessas dificuldades. Vale dizer que a antiga "situação" (incluindo mídia



“Não existe cidadania plena para a maioria dos povos latino-americanos, já que permanecem problemas decorrentes dos regimes autoritários que impedem o avanço da democracia”



“No Brasil prevalece uma larga tradição de atraso concretizado no paternalismo, no fisiologismo, patrimonialismo e no autoritarismo, que bloqueiam a tomada de consciência sobre as desigualdades sociais e disparidades regionais”

ALGUNS DOS DESTAQUES DO ENCONTRO



Organizada pelo Gife, a sétima edição do Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor acontece no Brasil entre 16 e 19 de maio, na cidade de São Paulo. São esperadas cerca de 800 pessoas entre profissionais e lideranças ibero-americanas ligadas a empresas, institutos e fundações empresariais, ONGs, órgãos governamentais, universidades e centros de estudos.

O tema central é “A Cidadania e suas Múltiplas Dimensões” e será discutido sob os pontos de vista político, social e econômico durante 4 conferências, 12 mesas de aprofundamento do debate e 12 painéis que contarão com a apresentação de 24 experiências.

“Será um momento raro para o Terceiro Setor brasileiro. A qualidade da agenda e dos palestrantes oferecerá excelente oportunidade de absorção de conhecimento”, diz Judi Cavalcante, diretor-executivo adjunto do Gife.

Segundo ele, o evento permite a troca de idéias em função de “uma mostra significativa do que vem sendo implementado pelas ONGs, fundações e institutos empresariais da região”.

Entidade que reúne organizações de origem privada que financiam ou executam projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público, o Gife também possibilitará, por meio desse encontro, que empresas conheçam melhor os desafios conceituais e práticos da atuação na área social. “O momento é favorável para as corporações que desejam ampliar ou iniciar uma ação social sistemática, monitorada e com mensuração dos impactos gerados para a comunidade inclusive para os negócios”, afirma.

Segundo Léo Voigt, presidente do Gife, o intuito é também discutir a busca por alternativas que apontem para a resolução do cenário de desigualdade social na região ibero-americana.

Para tanto, ele ressalta a importância de um estreitamento maior entre as organizações sociais e os respectivos países. “Em muitas dessas nações, ONGs, movimentos, associações e fundações já trabalham articuladas entre si e com os governos locais. A articulação agora avança para uma nova etapa, ultrapassando as fronteiras e visando criar uma identidade regional para esse movimento.”

e políticos), hoje na oposição, está espantada positivamente com os rumos traçados na macroeconomia, convergentes com o governo anterior, e necessita de material para cutucar o atual governante. Ainda há os setores dentro do próprio PT, que, ao contrário, estão descontentes com a política macroeconômica e com o abandono de antigas bandeiras defendidas pelo partido.

Filantropia: Por que no Brasil é tão difícil o Estado dar andamento a programas sociais eficazes?

LEW: No Brasil prevalece uma larga tradição de atraso concretizado no paternalismo, no fisiologismo, patrimonialismo e no autoritarismo, que bloqueiam a tomada de consciência sobre as desigualdades sociais e disparidades regionais, combinadas ainda com componentes modernos (industrialização, urbanização etc.). Existem também diversos empecilhos para a resolução dos problemas sociais, entre elas a carência de projetos de desenvolvimento sérios e eficazes, a dependência de diretrizes externas desvinculadas de nossa realidade social e a dificuldade de compreender o avanço do capitalismo nacional, cuja dinâmica tem trazido aumento do desemprego, do trabalho precário, da exclusão social.

Filantropia: Como fazer para que parcerias entre iniciativa privada, Terceiro Setor e órgãos governamentais tenham sucesso e sejam duradouras no Brasil?

LEW: Alguns passos vêm sendo dados nesse sentido. Um deles foi a criação, no governo anterior, do conceito de OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) para o fomento e a execução de atividades de interesse público. Entretanto, para que essas parcerias sejam bem sucedidas e duradouras, são necessárias algumas condições imperativas e interligadas, que perseguem a construção do que eu denomino espaços públicos não-estatais. São elas: *universalidade* – favorecer deliberadamente as políticas públicas universais, que atendam a todos,



e não se concentrar na defesa de interesses corporativos; *transparência* – as informações e decisões tomadas pelas organizações (por exemplo, no Terceiro Setor) devem adquirir visibilidade pública; *controle social* – deve ser exercido pela sociedade civil e pelo Estado sobre as atividades das organizações e entidades, sejam elas privadas ou estatais, exigindo prestação de contas dos recursos recebidos, principalmente se forem públicos; *cultura cidadã* – a ser iniciada na escola, em todos os níveis, estabelecendo que todos têm direitos (civis, políticos, sociais, incluindo direitos humanos, ao meio ambiente, à paz etc.) e obrigações assegurados em lei que de-

vem ser reivindicados; *autonomia* – sem ferir a legislação democraticamente elaborada, as organizações devem ter autonomia para definir objetivos e atuar em função de sua missão; *democratização* – processo constante de conquista que deve se traduzir tanto na sociedade civil, quanto no Estado, nos planos internos de cada organização e em suas relações com a sociedade na qual está inserida. 



Desenvolvemos, analisamos e implementamos sua gestão contábil, quer ela tenha fins lucrativos ou sociais

Serviço personalizado e especializado no Terceiro Setor

- Fundação Abrinq
- Ass. Anália Franco
- Planet Finance Brasil (ONG)
- ANEFAC



São mais de três décadas de tradição que possibilitaram agregar valores como inovação, informação e agilidade a nossa conduta de trabalho e atendimento

- Contabilidade Gerencial com análises de orçamento e por projetos
- Planejamento tributário objetivando economia de forma legal
- Área Contábil, Fiscal, Financeira e de Recursos Humanos
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e Auditoria Preventiva
- Serviços e informações online pela internet com total segurança
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão

Elaboração de projetos e captação de recursos

RICARDO FALCÃO
r.falcao@terra.com.br

Nesta edição será abordada a justificativa do projeto. Embora alguns possam chamá-la de resumo, apresentação ou introdução, o importante é entender que seu objetivo é expor uma visão geral acerca do projeto.

A justificativa do projeto deve ser escrita pensando em apresentá-lo de maneira ampla, ressaltando qualidades e as vantagens para conquistar o parceiro – tudo no máximo em três páginas. Um projeto pode ter 120 páginas; contudo, ele precisa convencer o leitor nas três ou quatro primeiras páginas a se tornar um parceiro, instigando, então, a leitura completa do conteúdo.

A seguir, os pontos que devem constar na visão geral do projeto.

Antecedentes

Trazer o parceiro para o contexto técnico e geográfico, pois ele pode não conhecer a área de atuação, nem o local onde o projeto será implementado. No exemplo de um projeto ambiental sobre água, poderia se informar que apenas 2% da água do planeta é potável. Esse fato é mais que conhecido por ambientalistas – mas quem disse que seu parceiro é ambientalista? A justificativa releva a importância do fato. Outro exemplo: deve-se escrever num projeto de alfabetização sobre o valor da alfabetização na vida do ser humano, por mais óbvio que isso possa parecer. Por outro lado, tal programa será realizado no município de “Maniquaquina do Sudeste”, cujos dados não são conhecidos pelo seu parceiro: localização, economia, número de habitantes, renda per capita, IDH etc. Para mostrar o impacto desse trabalho, portanto, é fundamental dar uma visão socioeconômica sobre o local onde ele ocorrerá.

Situação atual

Identifica o problema a ser enfrentado.

Seguindo ainda o exemplo do projeto de alfabetização, pode-se dizer que a comunidade enfocada pela proposta apresenta o número de 3.000 habitantes analfabetos entre 14 e 18 anos, representando 10% da população.

Situação final

Apresenta o que será alcançado ao final do projeto. Continuando o exemplo anterior: ao final do programa, teremos alfabetizados 100 jovens entre 14 e 18 anos.

Beneficiários

É sabido que seu projeto está “beneficiando o mundo”, porém é essencial informar quem são os beneficiários diretos ou o público-alvo. Então serão beneficiados 100 jovens entre 14 e 18 anos residentes há mais de um ano no município de Maniquaquina do Sudeste.

Parceiros

Conforme as parcerias vão se concretizando, é importante listá-las e informar a contribuição de cada uma para o projeto. Assim, se a prefeitura cede espaço para o curso de alfabetização e uma universidade cede os professores para capacitar os instrutores, ambas devem ser relacionadas.

Duração

Tal duração se refere ao financiamento, e não exatamente ao projeto. O projeto pode continuar, mas é preciso permitir que o financiador saia dele sem ter perda de imagem. Por exemplo: há um programa em determinada comunidade com o objetivo de realizar um campeonato de futebol entre adolescentes. Firmam-se parcerias para que empresas financiem, cada uma, um time. Se no final do campeonato uma empresa não der seqüência ao

A justificativa do projeto deve ser escrita pensando em apresentá-lo de maneira ampla, ressaltando qualidades e as vantagens para conquistar o parceiro



A justificativa precisa se adequar ao parceiro, destacando determinados componentes que poderão ser valorizados por ele

patrocínio de um dos times (mesmo que seja para se dedicar a outro projeto social), poderia ser acusada de abandonar os meninos, e todo o ganho de imagem que teria conquistado ao apoiar o projeto seria perdido ao sair dele. Nesse caso, mais indicado seria convidar o conjunto das empresas para apoiar o próprio campeonato, em vez de apenas um dos times, o que não causaria prejuízo à imagem da empresa que optasse deixar de participar da iniciativa em algum momento.

Caso esteja buscando um parceiro pela primeira vez, recomenda-se que a duração do projeto (financiamento) fique por volta de um ano. À medida que essa relação de parceria amadurece, tal prazo tem como ser ampliado.

Custo

Deve-se registrar o custo total e a quantia que falta. Colocar somente o quanto se necessita pode levar o parceiro, que imagina ser esse o custo total, a não aprovar o projeto, por achar o valor incompatível com a meta. Além disso, perde-se a oportunidade de mostrar que já se tem recursos investidos.

Considerações especiais

É a parte fundamental da justificativa na conquista do parceiro.

Antes de tudo é preciso lembrar que se estima atualmente a existência de 600 mil ONGs no Brasil. Logo, a existência de uma outra instituição com projeto parecido com o nosso é mais que uma probabilidade — é quase certeza. Assim sendo, por que alguém participaria do nosso projeto, e não do outro? Tal questão indica a primeira parte deste tópico.

Qual é seu diferencial?

Por meio da propaganda, sabe-se que existem diversos tipos de sabão em pó no

mercado, mas cada um tem seu diferencial. Um é para roupa branca, outro para roupa colorida, há sabão específico para máquina de lavar, outro já tem amaciante, além daquele que já vem com “maridos ideais”. O diferencial do seu projeto é a qualidade que o torna especial. Pode ser sua metodologia, a equipe qualificada, o local do projeto, os beneficiários, enfim, aquilo que o difere dos outros ou que enfatiza sua competência. Descubra seu diferencial e o descreva.

Se seu projeto tem a participação dos três setores (público, privado e Terceiro Setor) e é auto-sustentável, aqui é o lugar de mencionar tais dados com destacada ênfase.

O que o parceiro tem a ganhar ao participar do projeto?

Deve-se gastar tanto tempo pesquisando financiadores, quanto escrevendo o projeto. É preciso achar um parceiro que tenha algo em comum com a proposta, já que sem isso não haverá parceria. Seria possível um senhor conservador de 60 anos conquistar uma jovem punk de 18 anos? Dificilmente, porque, a princípio, não há nada em comum entre os dois. É necessário pesquisar o que o parceiro tem a ganhar, pois, como em todo processo de sedução, ele precisa identificar seu interesse no projeto, que pode ser imagem, satisfação pessoal, reconhecimento, ganhos financeiros, redução de custos, relação custo/benefício, entre outros. Ao se descobrir isso, descobre-se um parceiro.

Projeto não é tese de mestrado: não foi feito para exibir conhecimentos ou cultura, mas para apresentar onde se está, aonde se quer chegar, porque se quer chegar lá e como será possível chegar lá. Assim, quanto mais objetivo, direto e claro o projeto for

apresentado, mais facilmente as pessoas compreenderão a proposta e então mais facilmente poderão se tornar parceiras.

Hoje já existem várias instituições que solicitam encaminhamento de projetos em apenas duas páginas. O que elas querem é a justificativa do projeto, com os subitens anteriormente apresentados. Se a justificativa for aprovada, será pedido o projeto por completo, detalhado com anexos.

Enquanto o restante do projeto é escrito praticamente com o pensamento no gerente que irá implementá-lo, a justificativa deve ser redigida pensando no parceiro que se quer conquistar. Isso quer dizer que a proposta tem como permanecer o mesmo, mas a justificativa precisa se adequar ao parceiro, destacando determinados componentes que poderão ser valorizados por ele.

Pode parecer impossível dizer tudo sobre o projeto e ainda por cima conquistar um parceiro em apenas três páginas; contudo, não só é possível como é muito mais provável se conquistar um parceiro escrevendo três páginas sobre o que ele quer saber do que redigindo trinta páginas sobre o que você quer dizer do projeto.

O próximo capítulo abordará a chamada **alma do projeto** (objetivo geral, objetivo específico, subproduto e atividades), a parte mais importante e por onde se deve iniciar a elaboração do projeto. 

Ricardo S. S. Falcão. Gerente da RFalcão Consultoria e Planejamento Ltda. Consultor na área de elaboração, gerenciamento e avaliação de projetos, planejamento, gestão estratégica e captação de recursos, já ministrou cursos de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos na PUC-SP, LAO-SP e Sebrae-RJ, entre outros.



Parceria Público-Privada (PPP)

A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 17 de março, o projeto de lei nº 2.546/03 que institui normas gerais para a licitação e contratação sobre o regime designado Parceria Público-Privada, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A proposta pretende destacar que empresas privadas, quando contratadas ou gestoras do serviço público, fiquem responsáveis pela captação de recursos por instituições financeiras de sua escolha.



Cooperativas derrubam tributo

As cooperativas têm obtido grande respaldo da Justiça para isenção de receitas devidas ao governo, principalmente as contribuições sociais. A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) é um dos tributos que se encontra em discussão no momento. O Sindicato das Cooperativas do Estado de São Paulo obteve sentença que assegura a isenção para as cerca de três mil cooperativas do Estado. Para aquelas que ainda não entraram na Justiça é possível questionar o recolhimento na fonte de Cofins, PIS e CSLL, nos termos da lei nº 10.833/03.



Justiça gratuita para empregador

Decisão do TRT concede justiça gratuita para empregador, ainda que pessoa jurídica, desde que se trate de sociedade não-empresarial. Nos autos do Agravo de Instrumento nº 00277-2003-004-20-40-4-Aracaju-SE, em acórdão de lavra do Rel. Juiz Augusto César Leite Carvalho, o TRT negou seguimento ao recurso que requeria a concessão ao empregador da isenção de depósito recursal.



Entidades de utilidade pública

O projeto de lei nº 3.273/04, de autoria do deputado Almir Moura, prevê que associações e fundações reconhecidas como entidades de utilidade pública poderão passar a adquirir emissores de televisão com programação exclusivamente educativa. O serviço de radiodifusão de sons e imagens deverá ser operado em baixa frequência, com cobertura restrita. Sua outorga valerá pelo prazo de oito anos, com direito a renovação por igual período.



Fiscalização e associações não-governamentais

O projeto de lei nº 1.210/03 pretende acrescentar as associações não-governamentais aos entes da Administração Pública Indireta (Autarquias, empresas públicas e fundações), que sofrem fiscalização do poder público. O intuito é que as ONGs passem a ser fiscalizadas também pelo parlamento nacional.



Auxílio-moradia

A Câmara está em fase de análise do projeto de lei auxílio-moradia, para quem ganha até R\$ 540. O projeto, do deputado Paulo Lima, do PMDB-SP, propõe que o benefício seja equivalente a 20% do salário do empregado, porém, sem natureza salarial. As empresas que optarem por esse benefício poderão deduzir, do Imposto de Renda devido, o dobro das despesas feitas com seu pagamento.



Bolsas de estudo em universidades filantrópicas

Um protesto feito pelo Movimento dos Sem-Universidade (MSU) reivindicou que ao menos 20% do faturamento das universidades filantrópicas seja transformado em bolsas de estudo. O programa Universidade para Todos, que pretende aumentar o número de vagas das universidades, precisa deixar claro que instituições filantrópicas de ensino superior devem transformar 20% da receita bruta em vagas. A proposta será enviada como projeto de lei para discussão no Congresso e pode entrar em vigor apenas em 2005.



Correção de FGTS de idosos

A Comissão de Legislação Participativa aprovou a sugestão apresentada pelo Instituto FGTS Fácil, que assegura àqueles com 60 anos ou mais o direito de receber, em parcela única, as correções do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. A proposta modifica o artigo da lei complementar 110/01, que autorizou o pagamento de créditos de atualização monetária em contas vinculadas do FGTS. A sugestão foi transformada em projeto de lei que terá tramitação normal na Casa.





Provisão de férias e 13º salário

Como organizar o fluxo de caixa para fazer o pagamento dos funcionários

MAURICIO VERONESE
mveroneze@bol.com.br

As organizações sem fins lucrativos, por não terem a preocupação de geração de lucro ou prejuízo, tendem a efetuar um planejamento financeiro-contábil diferente de uma empresa, e muitas vezes deixam de atender alguns princípios contábeis, o que pode afetar suas informações gerenciais, distorcer a tomada de decisões e, ainda, onerar muito um projeto. O resultado disso pode acarretar a falta de dinheiro no caixa, sendo o exemplo mais comum deixar de contabilizar as provisões de férias e 13º salário.

Ao contrário do que muitos pensam, essas duas provisões têm caráter muito mais financeiro que contábil. Para compreender tal afirmação, é necessário entender o que de fato representam essas provisões.

As provisões de férias e 13º salário consistem em uma somatória de valores efetivamente devidos ao colaborador e deverão ser pagas em algum momento dentro de, pelo menos,

um ano. Assim, quando a entidade deixa de contabilizar tais custos, financeiramente, ela deixa de considerar uma futura saída certa e líquida de caixa, mesmo que não seja tudo em um único mês.

As grandes questões que envolvem essas provisões são: se o colaborador não vai sair de férias agora, por que considerar esse desembolso no fluxo de caixa programado? Ou ainda: se o 13º salário será pago somente em novembro e dezembro, há necessidade de considerar essa despesa agora?

Imaginemos que, com base nos pagamentos futuros e o balancete contábil, o fluxo de caixa da instituição esteja considerando que, no mês seguinte, apenas três colaboradores sairão de férias. Assim, o financeiro reserva o numerário no caixa suficiente para tal pagamento. No entanto, nos primeiros dias do mês das férias, outros dois colaboradores resolvem pedir demissão. Nesse caso, se o fluxo de caixa não estiver considerando as férias proporcionais dos demissionários, conseqüentemente o caixa ficará descoberto.

O mesmo se aplica ao 13º salário. A primeira parcela deve ser paga em novembro e a segunda em dezembro. Pois bem: ao se considerar que, no caso de demissão, a entidade terá o mesmo problema que o descrito nas férias, nessa provisão há uma outra particularidade, que ocorre quando o colaborador decide gozar férias e recebe o adiantamento do 13º em conjunto. Nesse caso, o fluxo de caixa também ficará descoberto se não houver programação prévia.

As férias e 13º salário são calculados na contabilidade e devem ser considerados pelo financeiro proporcionalmente ao montante

PROVISÃO DE FÉRIAS EM 2004

Mês	Férias + 1/3	27,8% INSS(*)	8,5% FGTS	No mês	Acumulado
Janeiro	111,11	30,89	9,44	151,44	151,44
Fevereiro	111,11	30,89	9,44	151,44	302,88
Março	111,11	30,89	9,44	151,44	454,32
Abril	111,11	30,89	9,44	151,44	605,76
Mai	111,11	30,89	9,44	151,44	757,20
Junho	111,11	30,89	9,44	151,44	908,64
Julho	111,11	30,89	9,44	151,44	1.060,08
Agosto	111,11	30,89	9,44	151,44	1.211,52
Setembro	111,11	30,89	9,44	151,44	1.362,96
Outubro	111,11	30,89	9,44	151,44	1.514,40
Novembro	111,11	30,89	9,44	151,44	1.665,84
Dezembro	111,12	30,89	9,44	151,45	1.817,29
Total (em reais)	1.333,33	370,68	113,28	1.817,29	-.-



Ao contrário do que muitos pensam, essas duas provisões têm caráter muito mais financeiro que contábil



devido ao colaborador. Isso significa que nas férias é considerado somente o tempo entre as últimas férias já pagas e o mês que o financeiro está operando. No 13º salário é contado de janeiro até o mês que o financeiro estiver operando.

Para melhor entendimento dos cálculos, analisemos dois exemplos de provisão de férias.

Exemplo 1

Imagine que um colaborador que começou a trabalhar em janeiro de 2004, com um salário mensal de R\$ 1.000, sem variáveis, decida tirar férias em 1º de janeiro de 2005.

O financeiro e a contabilidade, a partir da contratação, precisam calcular e considerar mensalmente a provisão segundo a tabela.

Entretanto, se o financeiro e a contabilidade não considerarem tal provisão, a instituição terá de desembolsar o montante de R\$ 1.817,29 em 1º de janeiro de 2005, fato que pode impedir outros pagamentos previstos para a mesma data.

Exemplo 2

Agora consideremos que o mesmo colaborador decida pedir demissão em 30 de setembro de 2004, e essa provisão não seja considerada pelo financeiro, e tampouco pela contabilidade. A entidade terá de desembolsar inesperadamente nessa data R\$ 1.362,96, o que também pode afetar, nesse caso, outros pagamentos previstos.

Pode-se concluir que, no caso das férias, mesmo tendo um caráter de longo prazo, elas são devidas e muitas vezes não se percebem suas variações, pois o colaborador que tirou férias nesse mês pode já estar com 1/12 avos

a receber da entidade, tornando-se cíclico esse processo. Assim, uma vez considerado como passivo, as alterações somente ocorrerão quando houver aumento de salário e nas variáveis.

A exemplo do 13º salário, um desembolso maior ocorrido em março por conta de um adiantamento pode contrapor a um desembolso menor em dezembro, mas deve-se atentar para que a entidade não deixe de ter o passivo com seu respectivo colaborador simplesmente porque foi realizado um adiantamento. O mais prudente seria registrar a provisão pelo valor completo e/ou proporcional no passivo, e o adiantamento contabilizado, no ativo. No final do ano, as duas posições são baixadas.

É importante ressaltar que, quando são pagas variáveis que podem ser de diversos tipos, esses valores também são adicionados na provisão de férias. Logo, o custo do colaborador não se restringe apenas ao seu salário e encargos, mas também às provisões comentadas e às respectivas variáveis que podem alterar substancialmente o cálculo.

Dessa maneira, para desenvolver um novo projeto ou simplesmente controlar o fluxo normal de caixa, o administrador precisa sempre considerar como custo total do colaborador: salário, encargos e provisões devidas, resguardando o próprio fluxo financeiro e evitando pagamentos não planejados. ☺

Maurício Veroneze. Bacharel em Ciências Contábeis pela PUC-SP, é auditor externo contábil de diversas entidades do Terceiro Setor e de empresas em geral. Também trabalha como contador de entidades sem fins lucrativos.

Se a sua entidade precisa

- ✓ Assessoria e auditoria de **Relatório e Balanço Social**
- ✓ Gestão e Controle de **Gratuidades**
- ✓ Auditoria Contábil e **Controles Internos**
- ✓ Apoio permanente ao gestor
- ✓ Segurança e tranquilidade frente às **normas legais**
- ✓ Equipe com profissionais com larga experiência junto ao 3º Setor

Sua entidade pode contar com a

AUDITUS

Consultoria & Auditoria Independente



www.
auditus
.com.br

Fone
(11) **3661-9933**

Captador de recursos

O novo personagem na constituição de uma sociedade emancipatória

RENATA BRUNETTI
rebrunetti@uol.com.br

“Os movimentos constantes e agitados da sociedade contemporânea na busca por melhores resultados e maior eficiência não têm oferecido sentido para a vida de muitos. Há um apelo social pela democracia, pela cidadania, por melhor qualidade de vida. Talvez tenha sido a escuta cada vez mais forte desse apelo que tenha me mobilizado para a pesquisa que resultou em dissertação de mestrado.

O fato de notar a simpatia de algumas pessoas por causas sociais motivou-me inicialmente a estudar as relações entre indivíduo e sociedade de modo geral. Tal simpatia apareceu mais claramente no trabalho que venho desempenhando no Terceiro Setor, especificamente na área de mobilização de recursos em diversas frentes.

Trabalho há mais de sete anos com desenvolvimento de projetos para instituições sem fins lucrativos. Tenho tido a oportunidade de promover um pouco a esperança de uma sociedade mais justa também em outros programas como instrutora de cursos de formação de novos captadores de recursos.

A partir dessa experiência, me pergunto: se existe interesse por parte da comunidade em colaborar com projetos sociais que visem a transformação do atual quadro social e se o Terceiro Setor já está se profissionalizando e pode, assim, começar a gerar resultados sobre investimentos sociais, o que ainda dificulta a concretização de uma mudança social efetiva?

Uma pergunta constante no discurso daqueles que se interessam pela questão é: ‘Por que nós, enquanto sociedade civil, devemos assumir a responsabilidade por investimentos sociais? Não seria esse papel do Estado?’.

Pode-se dizer que sim. No entanto, se nos mantivermos paralisados, acreditando que existe um *outro* responsável por tudo, não será possível desenvolver senso de responsa-

bilidade social e capacidade de participação ativa da sociedade.

Quando comecei a aprofundar meus conhecimentos teóricos a respeito das relações sociedade/indivíduo, pude perceber o quanto o captador, no exercício de sua atividade profissional, teria como viabilizar o envolvimento, a conscientização e a participação dos envolvidos no processo de captação. Assim, no decorrer dos estudos para a minha pesquisa, foi se delineando a idéia de que o referencial teórico da Psicologia Social seria muito adequado para o conhecimento do significado dessa nova profissão – a de captador de recursos –, bem como das expectativas com relação a sua função. Para tanto, estudei o processo de constituição da identidade desse personagem no Brasil. Como faço parte do grupo de profissionais que lidam com captação de recursos, pensei que seria mais fácil localizar as lutas, dificuldades, desafios e motivações do captador. Durante o mestrado na Psicologia Social da PUC-SP, orientado pelo prof. Antonio da Costa Ciampa, formulei e analisei questionários respondidos por captadores de recursos; entrevistei pessoas que se relacionavam com eles observando-os de fora, assim como realizei entrevistas abertas (histórias de vida) com alguns captadores. Tentei verificar, nas análises dos questionários e das entrevistas, fatos que apontassem quem seriam esses indivíduos, quais suas trajetórias de vida, suas buscas, motivações, medos etc.

O trabalho teve como proposta compreender quais razões levaram ao nascimento e ao crescente desenvolvimento desse setor, o que possibilitaria compreender a profissionalização da captação de recursos.

Diversos modelos de organizações não-governamentais e da sociedade civil, têm como produtos finais das atividades a melhoria da qualidade de vida, o resgate da cidadania e a renovação do espaço público. Tais instituições

“Se nos mantivermos paralisados, acreditando que existe um *outro* responsável por tudo, não será possível desenvolver senso de responsabilidade social”



compõem hoje o chamado Terceiro Setor e contam com parcerias que viabilizam sua sustentabilidade. Dessa forma, demandam um captador de recursos profissionalizado.

Por meio das respostas ao questionário, foi possível ter uma visão panorâmica da situação a partir dos próprios captadores brasileiros no atual contexto social, bem como um aprofundamento da discussão em torno da construção da identidade desses profissionais nos processos de metamorfose.

Os captadores de recursos aparecem como indivíduos que se deslocaram, na maioria dos casos, de suas antigas áreas de atuação – são geralmente “ex-alguma coisa”. Há grande dificuldade em se falar do perfil do captador de recursos no Brasil, uma vez que a maioria trabalha apenas há um ou dois anos, tendo somente uma experiência prática. Muitos outros, que atuam há mais tempo, nem sequer se viam ou se vêem como tal.

O mercado tende a ver o captador como aquele que sabe trabalhar com diferentes recursos e flexibilidade para se valer deles. Alguns captadores expressam ainda a pretensão de ser um novo sujeito político de transformação social, enquanto outros apenas pretendem exercer uma atividade rentável e agradável, sem preocupações com o sentido ético da atividade de captar para o Terceiro Setor.

As entrevistas diretas possibilitaram a coleta de dados de alguns dos profissionais bastante atuantes e de observadores-informantes (pessoas com amplo conhecimento da captação e que têm forte envolvimento com ela), o que permitiu um olhar externo aos captadores.

A análise dos dados indica um profissional crítico e militante. O que aparece com destaque no discurso dos entrevistados é a possibilidade de emancipação social contida justamente na

sua postura militante. É interessante averiguar que essa categoria emergente tenha surgido tão comprometida politicamente.

Para a realização da pesquisa, foram fundamentais os textos de alguns filósofos, sociólogos e psicólogos sociais. Entre eles, Jürgen Habermas, importante reformador social, cujas idéias podem trazer ricas contribuições para o momento político brasileiro vigente e para as possibilidades de atuação dos captadores de recursos. Segundo ele, as pessoas têm de saber que podem interferir no processo de regulação social. Numa cultura democrática e pró-ativa, os indivíduos exercem sua cidadania. A sociedade civil é o cenário para essas interações. Conscientizada de seus direitos de cidadania, ela tem como se transformar democraticamente, articulando a regulação social com a emancipação social.

É fundamental ter presente que a captação de recursos para o Terceiro Setor é uma atividade com o propósito de viabilizar projetos que visem o bem-estar social, protegendo-o de ser colonizado por outros interesses.

O objetivo principal desse estudo foi investigar as possibilidades de um sentido emancipatório na atuação do captador de recursos, ou seja, verificar se esse sentido vai prevalecer, uma vez que é uma questão a ser decidida politicamente, dentro de uma orientação ética que supõe sujeitos autodeterminados.

A identidade profissional do captador de recursos pode se definir como um projeto ético que tome posição frente às alternativas da barbárie ou da emancipação. Cidadania e responsabilidade social têm como ser ensinadas, promovidas.

Mesmo com tanto empenho, o tema ainda exige novas e aprofundadas pesquisas que esclareçam ainda mais o verdadeiro papel e a importância do captador de recursos para instituições, sociedade civil e até para o Estado.”

**“Uma sociedade civil
consciente de seus
direitos de cidadania
tem como se transformar
democraticamente,
articulando a regulação
social com a
emancipação social”**

Renata Brunetti. Mestre em Psicologia Social na PUC-SP. Certificado em Captação de Recursos do Centro de Filantropia da Universidade de Indiana. Coordena e ministra cursos de Captação de Recursos, e oferece consultoria voluntária em diversas instituições.

Marketing a serviço da filantropia

Dificuldades financeiras das instituições filantrópicas têm solução no marketing direto

CAROLA MAY

Com um trabalho bem feito, nem mesmo a crise econômica atrapalha o levantamento de fundos em benefício do Terceiro Setor. Para tanto, devido à escassa e difícil ajuda governamental e de grandes empresas, uma poderosa ferramenta é o marketing direto.

A tarefa de arrecadar fundos para uma instituição é ainda mais difícil quando se trabalha em prol dos portadores de uma doença tão pouco conhecida como a esclerose múltipla. Há 20 anos, a Associação Brasileira de Esclerose Múltipla (Abem) iniciou, em São Paulo, importante trabalho de reabilitação e assistência psicológica e social. A instituição, que hoje está sob os cuidados da superintendente Suely Berner, é modelo de eficiência de gestão.

“Quando comecei, a Abem tinha 19 pacientes, três funcionários e realizava cerca de 50 atendimentos mensais”, lembra Suely. “A intenção era levantar a instituição em dois anos. Fui me apaixonando pela causa. Já estou aqui há nove anos e não tenho perspectivas de sair.”

A associação, que conta atualmente com 40 funcionários especializados em neurologia, fez nada menos que 1,7 mil atendimentos em março deste ano. “Por um lado, fico satisfeita em atingir nossos objetivos e as necessidades dos pacientes. Por outro, percebemos que

ainda se pode fazer muito mais”, pondera a superintendente.

Na reabilitação, os pacientes têm à disposição terapia ocupacional, funcional, cognitiva comportamental, fisioterapia, nutrição, fonoaudiologia e neuropsicologia, além do atendimento médico nas áreas de fisioterapia, acupuntura e psiquiatria.

Parceria que deu certo

“Nossa missão é prestar atendimento ao portador, aos familiares e a quem cuida dele”, destaca Suely, que continua: “Há cinco anos começamos uma parceria comercial com a agência PMK Marketing Direto, empresa especializada em arrecadar fundos para instituições. Hoje é um casamento em que existe diálogo, respeito, cumplicidade e comprometimento.”

Odair Gutirres, diretor da agência, explica o sucesso no levantamento de fundos para a Abem: “Devemos isso à enorme generosidade do povo brasileiro, aliada à competência técnica no uso das ferramentas de marketing direto”, argumenta.

O intuito de uma instituição filantrópica deveria ser, antes de tudo, atender os portadores de necessidades especiais. A falta de verbas, entretanto, costuma prejudicar o atendimento ideal, tomando boa parte do tempo de seus dirigentes. ☺



Andréa de Freitas, terapeuta ocupacional, Roseli Lopes, Suely Berner (superintendente da Abem) e Valentina Gavioli

INSTRUMENTOS DO MARKETING DIRETO

O marketing direto se diferencia do marketing convencional por se tratar de um conjunto de ferramentas de comunicação totalmente mensurável. Ele se caracteriza também por um tipo de linguagem em que o apelo é feito diretamente ao destinatário, em tom de diálogo amigável entre as partes. No caso de levantamento de fundos para uma instituição filantrópica, a parte necessitada expõe claramente ao doador em potencial, ou já fidelizado, como e de que forma pode ajudar.

As ferramentas de marketing direto são extremamente adequadas para esse tipo de trabalho, pois, além de serem pouco invasivas, geram credibilidade da entidade junto aos doadores. Em contraposição ao marketing clássico, além da característica mensurável, as ações podem ser mais econômicas, já que não se fala a um público genérico, mas a segmentos sensíveis e previamente testados.

Parceria Público-Privada

A nova vedete do Terceiro Setor

LEONARDO NOVAES

MARCOS BIASIOLI
mbiasioli@mbiasioli.com.br



O Estado vem se transformando com velocidade surpreendente, em especial quando o assunto é forma de governo: do imperialismo à monarquia, perpassando pela ditadura, até chegar ao Estado amplamente democrático. O comportamento do Estado também foi compelido a modificações, pois sempre exerceu o papel de ser o dono da sociedade ao ditar, fiscalizar, impor regras e desfilar como algoz de seu povo. Na verdade, sua função deveria ser servir à nação, organizando a máquina estatal, equilibrando e distribuindo as riquezas por meio de mecanismos justos. Um exemplo é a tributação que, infelizmente, em muitos países, é utilizada para pagar uma conta que não é da população em si, mas de enfadonhos administradores públicos que desmantelaram o Estado, e ainda ocupam a tribuna dos protagonistas do Estado-moderno.

No entanto, a mudança do comportamento do Estado tem partido do reconhecimento de que ele não é suficiente para resolver sozinho os problemas do povo e ineficaz na reengenharia da qual o crescimento econômico é refém de uma política de governo.

Não é preciso ir longe para identificar a ineficiência do Estado brasileiro quando assume sozinho o risco de atender as neces-

sidades de seus habitantes. Exemplos vivos da fragilidade estatal podem ser constatados na saúde pública que, não obstante estar muito melhor que uma década atrás, ainda se encontra sucateada, carente de leitos, medicamentos, profissionais habilitados e muito mais. Outro exemplo é o ensino fundamental, médio e até mesmo superior. Do fundamental ao médio, faltam, entre outros fatores, capacitação e incentivo ao docente. O superior é reservado ao grupo abastado: a classe menos afortunada não tem recursos para preparar os jovens a disputar com aqueles com tempo e condições por uma vaga no seletivo processo admissional. A segurança pública também está tateando por melhora, pois a criminalidade cresce de forma desproporcional à estrutura policial, cuja gênese não está ligada apenas à falta de segurança, mas à correta política da erradicação da pobreza, principal fabricante da marginalização.

Assim, numa nação como a nossa, de aproximadamente 170 milhões de brasileiros, o Estado sozinho, isolado, jamais vencerá o braço de ferro dos anseios de seu povo e será sempre arremessado à falência. O que fazer?

No livro *Reinventing Government* (Reinventando o Governo, Ed. MH Comunicação,



A novidade para o Terceiro Setor é que as parcerias antes priorizadas às Oscips serão estendidas às demais instituições sociais de interesse público

R\$ 33), os pesquisadores David Osborne e Ted Gaebler escreveram: “É preciso reinventar o Estado; modificar seu relacionamento com o cidadão; privatizar sua gestão; retirar-lhe a arrogância e a onipotência, que não combinam com a democracia; submetê-lo à restrita obediência das normas jurídicas”.

A partir da Constituição Federal de 1988, que marcou o pleno exercício do Estado democrático, também ficou selada a oportunidade conferida ao Estado de viabilizar melhor relacionamento com o povo, deixando de lado sua “arrogância e onipotência”, como lecionam Osborne e Gaebler. Uma das maiores conquistas com a Carta Maior foi a garantia de poder outorgar ao setor privado a gestão do crescimento econômico, fortalecendo o caminho das parcerias.

A desestatização não implica no retrocesso, na venda ou entrega das riquezas do país às multinacionais, como os radicais defendiam. Isso representa, na realidade, grande avanço ao verdadeiro crescimento econômico, uma vez que o Estado não é indústria, nem locomotiva comercial ou empreendedor de serviços: é o pêndulo do equilíbrio humano e social. Nessa linha de raciocínio, o professor Caio Tácito nos legou com maestria em sua obra que “a abertura da economia e a relativa retirada do Estado na prestação de serviços econômicos é uma das manifestações desta dança do pêndulo entre extremos em busca do equilíbrio estável da perfeição”.

O Brasil tem dado ouvidos ao legislador constitucional de 1988 e aos grandes tratadistas do direito administrativo, bem como às experiências internacionais, para aprumar seu crescimento econômico por meio das parcerias com a iniciativa privada.

Por falar em experiências internacionais, destacam-se grandes modelos que têm tonificado a pretensão de fortalecer o Estado por meio de parcerias. Pode-se citar o caso da Inglaterra, que foi uma das pioneiras nas Parcerias Público-Privadas (PPP), cuja formatação visou ao financiamento da obra pública pelo setor privado, em vez de esvaziar os cofres públicos com obras privadas de caráter público.

A lei 8.987/95, complementada pela lei 9.074/95 e outras regulações, formalizou a Parceria Público-Privada (PPP). Depois da madura relação entre o público e o privado, surge o projeto de lei 2.546/2003, que complementa e formaliza as Parcerias Público-Privadas, de autoria do Poder Executivo, já aprovada pelo Plenário e remetida ao Senado Federal para aprovação final. Segundo o projeto, “a PPP constitui modalidade de contratação em que os entes públicos e as organizações privadas, mediante compartilhamento de riscos e com financiamento obtido pelo setor privado, assumem a realização de serviços ou empreendimentos públicos”.

O ponto alto do projeto é que, com o advento dessa lei, o Estado, que sempre

financiou as obras públicas e assumia praticamente sozinho o ônus do empreendimento, inclusive na órbita da Lei de Responsabilidade Fiscal, compartilha com o setor privado tais tarefas: o organismo privado se encarregará do empreendimento em nome do Estado, porém por própria conta e risco.

A contraprestação da administração pública nos contratos de PPP poderá ser feita por: pagamento em dinheiro; cessão de créditos não-tributários; outorga de direitos em face da administração pública e outorga de direitos sobre bens públicos.

É importante destacar também que o Estado poderá até mesmo fornecer garantias aos entes privados, ou seja, caso a iniciativa privada promova alguma obra em prol do Estado, e a financie junto aos bancos, os empenhos relativos às contraprestações passarão a ser liquidados diretamente aos financiadores, o que facilita a conquista da linha de crédito.

A novidade para o Terceiro Setor é que as parcerias antes priorizadas às Oscips (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) serão estendidas às demais instituições sociais de interesse público.

Em termos práticos, vamos supor que um hospital filantrópico possua um projeto de construção de unidade para multiplicar seus beneficiários, e não haja recursos públicos para tal. A solução pode ser permear pela contratação por meio da PPP e buscar junto aos bancos o financiamento, cuja garantia será honrada pelo Estado.

A recomendação é que os atores do Terceiro Setor aproveitem a grande oportunidade de articular o crescimento do bem por meio do perseguido apoio público e das Parcerias Público-Privadas (PPPs), que passaram a ser as grandes vedetes da assistência social. 

1 APUB, DIREITO DE PARCERIA E A LEI DAS CONCESSÕES, ARNALDO WALD

2 O RETORNO DO PÊNDULO: SERVIÇO PÚBLICO E EMPRESA PRIVADA

3 A EXPERIÊNCIA DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO REINO UNIDO, ROGER MCCORMICK

Marcos Biasoli. Advogado e assessor jurídico de inúmeras entidades filantrópicas. Mestre pela PUC/SP, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie e pós-graduado pela European University.



A mudança do comportamento do Estado tem partido do reconhecimento de que ele não é suficiente para resolver sozinho os problemas do povo



Sergio Monello

Escritório Contábil Dom Bosco

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º Setor
- Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista
- Assessoria na Obtenção e gerenciamento das Certificações

- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

**38 anos
de exclusivo
compromisso
com as
entidades
do 3º setor**

www.sergiomonello.com.br

(11) 3872-1195

Av. Gal. Olimário
da Silveira, 655 1º e 2º andar
Perdizes - São Paulo/SP
CEP 01150-001

Filantropia e gratuidades

Como praticar a filantropia e prestar serviços à comunidade

SERGIO ROBERTO MONELLO
jurico@sergiomonello.com.br

Toda entidade sem fins lucrativos que objetive a promoção do ser humano é entidade filantrópica. A filantropia se caracteriza pelo amor à humanidade.

Toda entidade sem fins econômicos com o intento de promover a pessoa, de conformidade com as disposições contidas na lei nº 8.742/93, para fins de direito, é uma entidade beneficente de assistência social.

As entidades filantrópicas e/ou entidades beneficentes de assistência social, de acordo com o art. 14 do Código Tributário Nacional, devem aplicar a totalidade de seus recursos nas próprias finalidades institucionais dentro do território nacional. Quando se fala em finalidade institucional, está se afirmando que a entidade deve aplicar seus recursos conforme as disposições contidas em seu Estatuto Social.

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) declara, para fins de direito, a natureza beneficente de assistência social e concede o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas-Cebas) com base em documentação comprobatória da condição de entidade beneficente de assistência social, e com base na aferição da concessão de gratuidades praticadas pela entidade à razão de 20% sobre sua receita bruta, segundo definição contida no decreto nº 2.536/98 e na resolução CNAS nº 177/2000.

O que é gratuidade?

Gratuidade é atributo de valor das atividades filantrópicas e beneficentes de assistência social e a valorização econômica e/ou financeira das ações assistenciais da entidade. Qualquer despesa ou investimento feito por uma entidade filantrópica e/ou entidade beneficente de assistência social se caracteriza em beneficência, pois ambos se destinam às finalidades filantrópicas e, se qualificada a ação filantrópica de acordo com a lei, como assistência social. Toda ação que vise à promoção humana e ao bem comum se constitui em assistência social, que poderá se tipificar em gratuidade.

As entidades filantrópicas e as entidades beneficentes de assistência social têm como escopo primordial justamente esses dois itens: a promoção humana e o bem comum. Em outras palavras, essas instituições contêm em seu caráter e em objetivos o *animus* de colaborar com o Estado na erradicação da miséria e na promoção da coletividade.

Filantropia e assistência social não tratam apenas de prestar assistência à coletividade gratuitamente. Dar, sem que haja efetiva necessidade por parte do indivíduo carente, pode se constituir em paternalismo. O próprio Estado nada dá gratuitamente; ao contrário, cobra e muito bem pelos serviços promocionais e assistenciais que presta por meio dos altos tributos cobrados da sociedade.

As entidades filantrópicas e as beneficentes de assistência social são organizadas por pessoas abnegadas, por filantropos. São indivíduos que constituem doam as próprias vidas para dar vida a essas instituições e seus destinatários.

Entende-se que cada entidade beneficente de assistência social, pela sua natureza, deve conceder gratuidades financeiras e/ou econômicas dentro dos limites de sua capacidade econômica, financeira e patrimonial. O importante não são as gratuidades financeiras e/ou econômicas concedidas, mas sim a ação social, promotora da sociedade. São tais entidades que auxiliam o Estado nessa missão: elas se unem ao Estado, colaborando com ele no esforço pela erradicação da miséria, das diferenças sociais, da fome, do analfabetismo, em prol de melhor qualidade de vida a todos sem exceção.

O papel das entidades beneficentes de assistência social, na realidade em que vivemos, é de complementar, ou até mesmo de suprir a ausência ou inoperância do Estado nessa função. Portanto, mais que as gratuidades simplesmente avaliadas pelo seu atributo econômico e/ou financeiro, está a ação efetivamente beneficente/filantrópica realizada. Portanto, o Estado não deve estar preocupado com a quantidade de gratuidades econômicas e/ou financeiras avaliadas,





“Filantropia e assistência social não tratam apenas de prestar assistência à coletividade gratuitamente. Dar sem que haja efetiva necessidade por parte do indivíduo carente, pode se constituir em paternalismo”

Sergio Roberto Monello



mas sim, com a ação promotora da sociedade, pelos serviços que são prestados.

Prestar assistência social não é somente conceder gratuidades. Prestar ação beneficente é promover a educação, a saúde e assistência social. É manter escolas, universidades, hospitais, ambulatórios, postos de saúde, creches, lares de assistência às crianças, aos jovens, aos idosos, cursos profissionais e profissionalizantes – enfim, é preparar as pessoas para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania. Prestar assistência social é ainda trabalhar efetivamente para gerar empregos, recursos e investimentos em todas as áreas e locais. É estar consciente da primazia do ser humano em relação aos setores econômico e

financeiro, e colocar o homem como centro de sua própria história.

Todas as despesas de uma entidade beneficente se constituem em filantropia e, se qualificadas pelos atributos contidos na lei nº 8.742/93, em assistência social. As gratuidades podem ser gratuidades filantrópicas e/ou gratuidades de assistência social.

Por fim, a meta das entidades beneficentes de assistência social é prestar serviços de forma desinteressada, promocional e assistencial à coletividade. A beneficência não está apenas na despesa efetuada, na gratuidade praticada, no investimento realizado, mas principalmente nos serviços que a instituição presta à sociedade. 

Sergio Roberto Monello. Advogado e contabilista, sócio-diretor do Escritório Contábil Dom Bosco.

Vocação exclusiva ao Terceiro Setor



≡ **Curso de Captação de Recursos e Técnicas para Desenvolvimento de Projetos Sociais**

28 de Maio

Hotel Meliá Jardim Europa

≡ **2º Congresso Brasileiro de Direito no Terceiro Setor**

28 de Junho

Hotel Gran Meliá Mofarrej

Apoio:

revista
filantropia
Voluntariado & Terceiro Setor

Realização:



ECONÔMICA
Desenvolvimento Empresarial

Vagas limitadas!
Faça já sua inscrição:
(11) 3161 5286

www.economica.com.br

Ética como regra

FERNANDO CREDIDIO
fernando.credidio@parceirosdavidia.org

*A virtude de uma organização
não deve ser medida por
ações excepcionais, mas pelos
próprios hábitos cotidianos*

A ética e a excelência das virtudes são questões discutidas desde a Grécia Antiga. Aristóteles, o mais ilustre dos discípulos de Platão, preocupou-se, acima de tudo, com o bem humano, determinado basicamente por dois fatores: pela natureza humana, constituída de elementos corporais ligados a uma forma dinâmica por ele chamada de *alma* (*psyché*, que deu origem ao adjetivo psíquico), e por um fator variável, denominado pelos gregos de *ocasião*.

Aristóteles distinguiu dois tipos de virtude: as intelectuais e as morais – estas que consistem no controle das paixões e são características dos movimentos espontâneos do caráter humano. Ao contrário do que muitos imaginam, a virtude não é uma atividade, e sim uma maneira habitual de ser. Ela não pode ser adquirida da noite para o dia, porque depende da prática. Com atos repetitivos, o homem acaba por transformá-los numa segunda natureza, numa disposição para agir sempre da mesma forma. O processo é sempre o mesmo, sejam os atos bons ou maus. Quando bons, temos a virtude. Quando maus, o vício.

A atividade daquele que age de acordo com os bons hábitos é o que chamamos de felicidade. É a felicidade mais auto-suficiente, pois não precisa de bens materiais para se efetivar. Dessa forma, como a condição fundamental para a conquista da felicidade é a virtude, que só pode ser adquirida mediante exercício e esforço, o homem deve desenvolver mecanismos de ação que garantam a sua aquisição. Tais mecanismos são, em especial, os valores (educação) e as leis. Os valores criam no indivíduo os hábitos virtuosos; as leis organizam e protegem o exercício da virtude pelos membros da sociedade.

Já a ética, felizmente, tem sido discutida cada vez com mais frequência e ênfase pela sociedade contemporânea, que, mais informada, atenta e vigilante, passa a cobrar principalmente das empresas posturas socialmente responsáveis.

No Brasil não é diferente. Nas últimas semanas as discussões esquentaram. Desde os lançamentos dos comerciais da Fiat Automóveis (criação da agência de propaganda Leo Burnett) e da cerveja Brahma (cujo filme foi produzido pela agência Africa e teve como protagonista o cantor Zeca Pagodinho), temos sido espectadores de acalorados debates a respeito da ética. Ponto para aqueles que vêm alertando as organizações sobre o perigo de se anunciarem empresas-cidadãs, sem cumprirem, porém,





**“Somos aquilo que fazemos repetidamente.
A excelência da virtude não é alcançada pelo
fazer, mas pelo hábito de praticá-la”**

Aristóteles

os princípios básicos da ética, da cidadania e da responsabilidade social.

É incontestável que a maior parte das corporações tem se deixado levar pela persuasão e verve “criativa” dos publicitários, que freqüentemente se desviam da busca por atributos, como respeito, admiração, credibilidade e reputação para as marcas, parecendo mais preocupados com o próprio ego.

Boa parte dos consumidores atuais não está interessada em pactuar com pantomimas publicitárias ou atributos físicos e funcionais das marcas. Como bem define Percival Caropreso, diretor da McCann Erickson Brasil, “a nova geração de consumidores exige compromissos sociais de uma marca, praticados de fato e comprovados na vida real”.

Os anos de 2003 e 2004 mostram-se pródigos em “pérolas” desenvolvidas pelas

agências de propaganda com a tendência a confundir bom humor e mau gosto.

Virou moda publicitária fazer troça de valores preservados pela sociedade. A F/Nazca Saatchi & Saatchi, por exemplo, com o mote *Ilha Quadrada/Verão Redondo*, zombou da música clássica e satirizou algumas cidades que ainda disponibilizam pedalinhos. A Fischer América, que tanto criticou a África no episódio Zeca Pagodinho, foi igualmente infeliz ao menosprezar as mulheres que não possuem os atributos físicos e de beleza convencionados pela mídia, chamando-as, sem qualquer pudor, de “barangas”. A agência Leo Burnett não ficou atrás: criou um comercial para a Fiat discriminando ex-detentos, ao considerá-los irrecuperáveis diante dos apelos do novo Palio. No entanto, o caso mais rumoroso, sem dúvida, foi aquele protagonizado por Zeca Pagodinho. Faltou ética e, sobretudo, bom senso à Brahma, à África e, especialmente, ao cantor.

nizado por Zeca Pagodinho. Faltou ética e, sobretudo, bom senso à Brahma, à África e, especialmente, ao cantor.

Parafraseando Flávio Trovão, aqueles que militam no Terceiro Setor, principalmente na área de comunicação, possuem um enorme desafio pela frente: alertar e conscientizar a sociedade de que ética não se retoma ou se reconquista – apenas se vive e se aplica, com a missão de conduzir os ideais e desejos do homem contemporâneo para projetos que priorizem a dignidade e a melhoria das condições de vida de uma nação. 

Fernando Credidio. Presidente da ONG Parceiros da Vida, coordena a disciplina Estratégias de Comunicação para o Marketing Cultural e a Cidadania Corporativa do curso MBC da Faculdade Cásper Líbero e Universidade da Flórida.

Qualidade total na produção de revistas, informativos e livros

Produção editorial customizada de
acordo com sua necessidade:
**redação, revisão, diagramação,
impressão e distribuição.**

- revistas
- livros
- balanços sociais
- jornais
- informativos
- newsletters
- catálogos

Informações:
(11) 6978-6686

zeppelini@zeppelini.com.br
www.zeppelini.com.br



Tecnologia solidária

Politec Solidária forma novos talentos com aulas de informática diferenciadas

THAÍS MENDES

Imagine uma grande empresa, com cerca de seis mil funcionários e unidades espalhadas por diversos estados brasileiros. Agora imagine um mesmo sentimento tomar conta desses funcionários: a solidariedade. É o que acontece na Politec, que já tem 30 anos de história e é uma das cinco maiores empresas de tecnologia do país.

A primeira idéia de fazer algo pelo setor social foi sugerida por um grupo de *office boys* em 2001, mesmo ano em que surgiu o nome Politec Solidária. Realizou-se na época uma campanha que arrecadou 5,2 toneladas de alimentos, dez mil peças de roupa, brinquedos e material escolar, que foram distribuídos para entidades de assistência a crianças carentes. “Isso mostrou que havia um campo muito fértil para se captar solidariedade na empresa. A partir daí a Politec estruturou um departamento para orientar e coordenar essas ações, que até então eram muito dispersas”, explica Filipe Rizzo, coordenador da Politec Solidária.

O caminho escolhido para atuar socialmente foi a inclusão digital. Vale frisar que a Politec Solidária em si possui apenas duas funcionárias – todos os outros participantes que fazem o projeto caminhar são voluntários.

Ações e parcerias da Politec Solidária

CDI

O Comitê para Democratização da Informática é um dos parceiros da Politec Solidária,

que, além de doar equipamentos e ajudar financeiramente, também oferece cursos gratuitos e palestras para a capacitação dos monitores das Escolas de Informática e Cidadania (EICs), mantidas pelo próprio CDI.

Cursos Modulares de Informática

Visando à inclusão digital de jovens carentes, os cursos são ministrados nas EICs por voluntários da Politec Solidária (funcionários da Politec). As aulas fogem do aprendizado básico. A prioridade é a aula de *hardware* (como montar um computador), que começou em 2003 e formou 120 alunos em Salvador, São Paulo e Brasília. Até abril deste ano já se formaram aproximadamente 50 pessoas de diferentes EICs e foram iniciados também cursos de *html* (linguagem relacionada à internet) e lógica. Ao final das aulas, há entrega de certificados para participantes e instrutores. O principal objetivo é fazer cursos de longa duração, para se introduzir a linguagem *Java* (hoje em grande foco e ainda com poucos profissionais que a dominam).

Centro de Ensino da Audição e Linguagem – Ceal

Projeto de longo prazo, acompanha crianças com deficiência auditiva dos 5 aos 17 anos. A meta é introduzir a informática como ferramenta na educação dessas crianças. Para isso, foi realizado um treinamento com as professoras do Ceal em Brasília. A Politec

Solidária cobre os custos dos dois laboratórios existentes na escola.

Missão Criança

A Politec Solidária também apóia a ONG, dando suporte às sedes nos municípios de Formosa e Cidade Ocidental (DF). A idéia também é complementar o projeto Bolsa-Escola Cidadã, proporcionando o acesso à tecnologia.

Resultados

As iniciativas da Politec Solidária causam satisfação tanto naqueles que são atendidos, quanto nos voluntários. “Senti a retribuição quando um aluno conseguiu consertar o computador sozinho. Aquilo já foi meu pagamento”, diz o instrutor dos cursos modulares Evaldo Evangelista, funcionário da Politec.

O aluno do curso de *hardware*, Maurício de Oliveira, traduziu durante sua formatura e entrega de certificados o que significa essa iniciativa para os participantes: “Nesse curso aprendemos não só informática, o que já é ótimo, mas principalmente a conviver bem com as pessoas, que é o mais importante”. 

 www.politec.com.br

Maurício de Oliveira com o diploma do curso modular de *hardware*

Grupo de instrutores e formandos de um dos cursos da Politec Solidária



Em busca da PAZ

ONGs como Instituto Sou da Paz e Viva Rio mostram um universo de ações para combater todas as faces da violência

DANIELA TCHERNIACOWSKI

Não é de hoje que a população brasileira teve promessas e planos de governo para acabar com a violência, principalmente quando ela chega às portas da classe média e alta, a exemplo do assassinato recente do casal de publicitários, em São Paulo, ou dos norte-americanos Staheli, no Rio de Janeiro.

Casos como esses lotam o noticiário por semanas a fio, criando um clima de tensão e medo. Sem mencionar os dias de guerra vividos na favela da Rocinha por conta de tiroteios entre traficantes e com a polícia.

Na mesma época, a divulgação de uma pesquisa do IBGE trouxe à tona níveis assustadores dos efeitos da violência no país nos últimos 20 anos.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2003, entre 1980 e 2000 foram contabilizadas mais de 2 milhões de mortes por causas não-naturais (homicídios, suicídios, acidentes e outras).

Somente em relação aos homicídios, a taxa de mortalidade saltou de 11,7 para 27 por 100 mil habitantes, um crescimento de 130%. Em outras palavras, em duas décadas os assassinatos mais que dobraram.

São dados que, na verdade, trazem de volta discussões de todas as esferas da sociedade sobre um problema que aparentemente está longe de ser resolvido e já é a segunda maior preocupação dos brasileiros depois do desemprego.

Por outro lado, há quem reivindique uma situação mais favorável e animadora, ao menos para a cidade de São Paulo. “O IBGE não contempla os últimos 3 anos, nos quais houve queda de cerca de 20% sobre as mortes por homicídios, sendo que a tendência é diminuir ainda mais”, afirma Luciana Guimarães, diretora de projetos do Instituto Sou da Paz.

Ela diz que isso é resultado da articulação de diversas ações pelo fim da violência, incluindo o impacto de projetos sociais e de iniciativas do governo em parceria com a sociedade.

Criado em 1999, o Instituto nasceu como extensão da campanha Sou da Paz pelo Desarmamento, realizada dois anos antes com o objetivo de chamar a atenção da opinião pública e dos políticos sobre o poder maléfico das armas de fogo.

É justamente na década de 90, a mais violenta segundo o IBGE, que surgem organizações de peso, além do Instituto Sou da Paz, como o Viva Rio e o Instituto São Paulo Contra a Violência, fazendo reforçar a idéia de que toda a população, quando unida e organizada, pode falar mais alto para fazer valer seus direitos e pressionar o setor público na busca de soluções.

Desarmamento e controle de armas

Foi por meio de várias campanhas estimuladas pelas organizações sociais que se conquistou, por exemplo, em dezembro de 2003, a aprovação do Estatuto do Desarmamento. O documento, que está em fase de regulamentação, institui regras mais rígidas para o porte e comercialização de armas no Brasil. Uma delas trata da idade mínima para quem pretende adquirir uma arma, que passa de 21 para 25 anos.

A lei é considerada fundamental para evitar a escalada de mortes, já que coíbe o acesso fácil e indiscriminado à arma de fogo, tida como a principal e mais grave ferramenta de manifestação da violência. “Em 97, saímos às ruas para pedir o desarmamento em vista do alto índice de relação entre homicídios e armas”, lembra Luciana.

Na época, a campanha Sou da Paz culminou com o recolhimento e destruição pública de mais de 1.700 armas de fogo.

Murilo Cavalcanti lidera a campanha Brasil Sem Armas em Pernambuco



DIVULGAÇÃO

A ECONOMIA QUE MOVIMENTA A MARGINALIDADE

Produtos falsificados, roubados ou comercializados sem recolhimento de impostos, pirataria, tráfico de armas. Estes são alguns exemplos de atividade ilícitas, que geram um mercado paralelo e, entre outros fatores, acabam financiando a criminalidade no Brasil. No Rio de Janeiro, o poder e a força de articulação das quadrilhas de narcotraficantes é tal que é capaz de fechar o comércio e criar leis próprias nos morros, impondo, assim, o medo e o silêncio.

Estimativas mostram que este conjunto de ações movimenta cerca de 5% do PIB. Mas talvez a população ainda não tenha se dado conta de que esse mercado existe porque há por trás dele um grupo de consumidores. No caso do narcotráfico, o Ministério da Saúde já tentou fazer um alerta sobre as relações decorrentes da venda de drogas, como parte de uma campanha com foco no usuário, mostrando que, ao colocar dinheiro na mão de um traficante, ele também ajuda a tecer a rede da violência, pois estimula o contrabando de armas, a corrupção de policiais, tiroteios e mesmo as mortes de milhares de pessoas.

Outro momento marcante foi no ano passado, no Rio de Janeiro, reunindo mais de 40 mil pessoas, entre representantes de ONGs, familiares de vítimas, entidades comunitárias e estudantes.

A mobilização chamada Caminhada Brasil Sem Armas chegou a ser veiculada numa novela da TV Globo e contou com a presença do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, entre outras autoridades e especialistas no assunto.

Foi também em 2003 que o pernambucano Murilo Cavalcanti decidiu levar a campanha ao Estado, depois de sentir na própria pele a dor de ver a irmã paraplégica em consequência de um tiro durante um assalto. “Sempre militei em prol dos Direitos Humanos e percebi o quanto poderia ser importante difundir a idéia do desarmamento”, afirma.

Assim, ele promoveu a Marcha Brasil Sem Armas – Pernambuco é da Paz, com a participação de mais de 25 mil pessoas e hoje coordena o movimento homônimo na região.

Segundo a pesquisa do IBGE, Pernambuco é o segundo estado mais violento do país, com uma taxa de 179,5 mortes por 100 mil habitantes. O primeiro é o Rio de Janeiro, com 181,6 mortos por 100 mil. Cavalcanti diz que, nos anos de 2000 e 2002, mais de 1.500 jovens de 15 a 24 anos morreram em decorrência não-natural, no Recife. Desses, 82,96% foram assassinados por armas de fogo. “A pobreza da região combinada à grande facilidade no acesso às armas é o que tem provocado essa alta”, esclarece Murilo.

Em resposta a esses números, ele vem discutindo junto a setores do governo estadual políticas de inclusão social e de desarmamento. Também lançou um site do movimento que durante todo o ano de 2004 coletará assinaturas em favor do desarmamento para serem enviadas ao presidente Lula e ao Congresso. A ação funciona como uma antecipação ao referendo

previsto para 2005, quando os brasileiros devem decidir se querem ou não a proibição da venda de armas de fogo para civis.

Um dos aspectos mais polêmicos do Estatuto, esse tema se esbarra no esforços de quem ainda não se ateu às graves estatísticas que colocam o Brasil como uma das nações com os maiores índices de mortes por armas (veja quadro abaixo), como os próprios fabricantes.

“A indústria armamentista é muito articulada, principalmente com setores do governo e políticos, que há anos são financiados em época de campanha política. O lobby é tão forte que querem fazer parecer que a sociedade está dividida sobre o desarmamento”, revela Luciana.

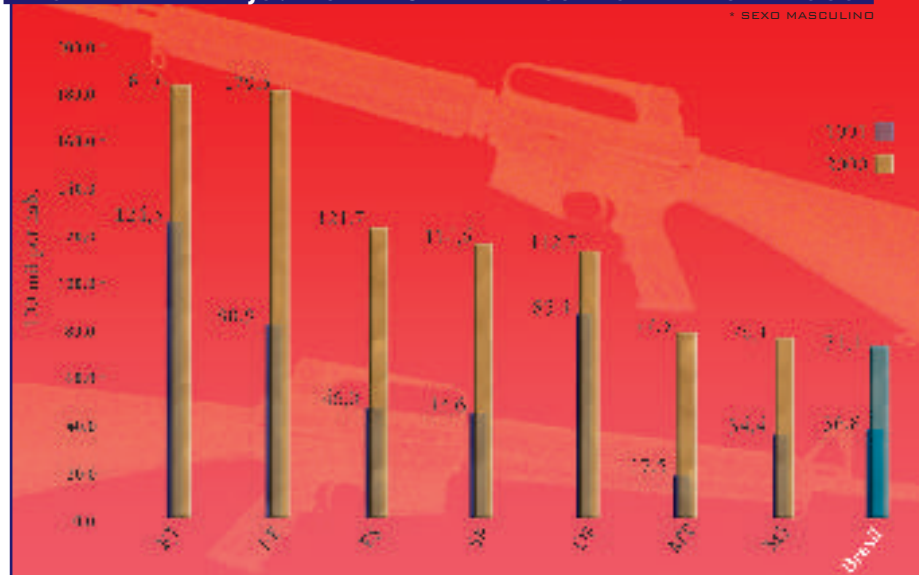
Pelo menos no que se refere a um levantamento do Ibope, a população não tem dúvidas de sua posição. Realizado em setembro de 2003, em 145 municípios brasileiros, indica que 82% dos entrevistados mostraram-se favoráveis às medidas da lei.

Outra pesquisa, do CNT/Sensus, revelou que 74,1% das pessoas concordam com a proibição da venda de armas de fogo. No entanto, é evidente que, enquanto não chegar o referendo, muito ainda vai acontecer.

Mais rigor no rastreamento de armas

Além de discutir o porte de armas, o estatuto também procura coibir o contrabando com o rastreamento das armas apreendidas pela polícia. Para garantir maior eficácia, uma das sugestões colocadas pelas ONGs, no processo de regulamentação, trata do compartilhamento de informações. “É preciso que os dados coletados sobre o comércio de armas no Brasil não fiquem apenas com o Exército. Eles devem ser repassados para a Polícia Federal, que é quem cabe realizar a investigação e repressão de armas ilegais”, explica Antonio Rangel Bandeira, coordenador do Projeto de Controle de Armas do Viva Rio.

MORTALIDADE DE JOVENS DE 15 A 24 ANOS* POR ARMAS DE FOGO



FONTE: DATASUS. ESTATÍSTICAS VITAIS: MORTALIDADE GERAL, DESDE 1979.



Antonio Rangel Bandeira, coordenador do Projeto de Controle de Armas do Viva Rio

De acordo com o texto enviado ao governo, a Polícia Federal deve ter acesso aos antecedentes das pessoas ou empresas interessadas na compra de munições de uso restrito, para evitar que esses produtos acabem em mãos erradas. As ONGs argumentam que, da maneira como está descrita a proposta de regulamentação, “o Exército, sem ter poder de polícia, continua como a única agência de controle de colecionadores, atiradores e caçadores, que são indivíduos que, por suas atividades, possuem grande número de armas de fogo (...), que podem ser eventualmente roubadas e desviadas para o crime”.

Na opinião de Rangel, é importante que o governo repense a atuação das Forças Armadas. Ele sugere que Exército, Aeronáutica e Marinha sejam responsáveis, respectivamente, pelo controle de fronteiras terrestres, dos aeroportos e áreas portuárias, para dificultar a criação de arsenais por criminosos, como o encontrado recentemente com traficantes da Rocinha. “A Baía de Guanabara é uma das maiores vias de entrada de armas, e a Marinha não faz nada para deter isso”, revela.

Estimativas indicam que mais de 30 mil armas são encontradas por ano nas favelas cariocas. Das apreendidas, 35% são fuzis e submetralhadoras de origem estrangeira, utilizados por traficantes em tiroteios com policiais e com grupos concorrentes na venda de drogas.

Já em relação às armas que ameaçam a vida das pessoas nas ruas do Rio de Janeiro, a maioria (78%) são pistolas e revólveres, sendo 74% delas de fabricação nacional.

Saber, portanto, como esses produtos acabam em poder de marginais é fundamental para diminuir o índice de mortes no país. Para isso, o estatuto obriga as indústrias a numerar armas e munições de qualquer calibre. Segundo Rangel, “é o mínimo que o comércio pode fazer para colaborar no combate ao crime”.

Àqueles que são a favor do uso de armas em defesa própria, ele apresenta as estatísticas para alertar sobre o perigo que se instala dentro de casa. Uma delas é de 2000, feita pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, e conclui que quem usa arma de fogo tem 56% a mais de chances de ser assassinado numa situação de roubo, se comparado com alguém desarmado. “A motivação de proteger a família é nobre, mas equivocada. Mais que isso, é uma irresponsabilidade”, critica Rangel.

Não bastasse o grande risco de poder ser morta num assalto, uma pessoa armada contribui para aumentar a quantidade de armas dos bandidos.

Como se vê, esses e outros pontos do Estatuto do Desarmamento ainda serão muito debatidos. A questão fundamental, entretanto, está relacionada à implementação da lei nos Estados e municípios, o que faz imprescindível a fiscalização da sociedade para que as propostas de desarmamento sejam plenamente respeitadas. Daí então a esperança de resultados satisfatórios em curto e médio prazos.

As ONGs na prevenção da violência

É claro que o Estatuto do Desarmamento é somente um dos caminhos para se deter a violência e a criminalidade. Deve-se levar em conta outras inúmeras ações que vêm sendo feitas procurando atingir a raiz do problema.

Nesse sentido, as organizações sociais estão avançando a passos largos, apesar dos esforços serem pouco conhecidos da população em geral. Talvez porque demandam tempo mais longo de trabalho e melhores ferramentas de avaliação para comprovar mudanças efetivas.

Como já diz o ditado, melhor prevenir a remediar. Inclusive porque os custos demandados são menores em comparação àqueles movimentados com as consequências da violência. É o que aponta uma reportagem de maio de 2003, publicada no jornal Valor Econômico. Nela, o economista Ib Teixeira diz que somente em 2002 o Estado do Rio de Janeiro gastou mais de R\$ 7 bilhões em programas para conter a violência e com os prejuízos causados por ações criminosas, valor correspondente a 3,2% do PIB estadual.

Entretanto, em vista de acontecimentos como os tiroteios na favela da Rocinha, a pressão por medidas emergenciais acaba eclipsando propostas sérias com objetivos duradouros de combate à violência. Exemplo disso foi o pedido feito pelo Secretário Estadual de Segurança Pública, Anthony Garotinho, ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de colocar à sua disposição as Forças Armadas para intervir no local, medida muito criticada por especialistas, como o coordenador do Projeto de Controle de Armas do Viva Rio. “O exército não é treinado para lidar com este tipo de situação”.

Com a ocupação da polícia, os disparos foram controlados, mas somente enquanto estavam ali. E depois? “A presença da polícia deveria ser constante, de acordo com um sistema de segurança criado especificamente para a favela. É o que reivindicam os próprios moradores”, afirma Rubem César Fernandes, diretor-executivo do Viva Rio.

AS ARMAS DE FOGO NO BRASIL

1 brasileiro morto a cada 13 minutos

95% de aumento das taxas de mortalidade por homicídios entre homens de 15 a 24 anos com uso de armas de fogo entre 1991 e 2000

1ª causa de morte de jovens do sexo masculino (65% das mortes) no município do Rio de Janeiro

40 mil pessoas mortas em todo o país somente no ano passado por armas de fogo

5 milhões de armas de fogo legais registradas e 3 milhões ilegais

60 mil armas em poder dos traficantes dos morros do Rio de Janeiro, segundo estimativas

223.584 mil armas apreendidas entre 1950 e 2001 no Rio de Janeiro em situação ilegal (74% de fabricação nacional, sendo 78% pistolas e revólveres)

FONTES: IBGE, INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA, VIVA RIO E INSTITUTO SOU DA PAZ.

Um dos principais fundadores da ONG, ele defende a propagação de uma cultura de paz baseada no diálogo e na integração das pessoas, de forma a interagir com a sociedade civil e as políticas públicas. “A reação defensiva é natural e tem impacto forte. Porém, é preciso evitar o desenvolvimento de uma série de sentimentos negativos, como a vingança, que retroalimenta a violência”, diz.

Demonstrações de solidariedade e de aproximação com as comunidades das favelas também fazem parte das estratégias, como o Dia do Carinho, realizado em 21 de abril último, quando voluntários visitaram moradores da Rocinha levando palavras de apoio e conforto, além de alimentos e brinquedos, ainda num dia de plena tensão.

A data surgiu como uma das decisões do Fórum Dois Irmãos, que reuniu líderes comunitários da favela, representantes do Viva Rio e de regiões como São Conrado, Gávea e Leblon.

Na ocasião, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) sugeriu a criação de cursos gratuitos para cerca de 5 mil jovens e adultos do morro para erradicar o analfabetismo. Para tanto, já foram destinados mais de R\$ 1,3 milhão em recursos financeiros, entre outros, como 13 computadores cedidos por uma universidade.

Esse projeto é resultado da percepção de que investimentos em longo prazo nas áreas cultural, educacional, de geração de emprego e saúde são soluções que visam a paz e a redução da desigualdade social.

Por isso, em mais de 10 anos de trabalho, o Viva Rio vem aprimorando e ampliando suas ações, criadas para agir nos principais focos do desenvolvimento da violência. Atualmente, a ONG se concentra em 25 projetos nas áreas de direitos humanos, segurança pública, comunicação, desenvolvimento comunitário, educação, esportes e meio ambiente.

Projetos para a juventude

Ao estudar com profundidade a dinâmica da violência, as organizações sociais comprovam que a causa é multifatorial e está muito além da pobreza e do desemprego, incluindo, por exemplo, a falta de acesso aos mínimos serviços públicos, como hospitais, escola e áreas de lazer. Pesquisas ainda apontam que a violência atinge especialmente jovens de 15 a 25 anos, do sexo masculino, sendo a evasão escolar um dos fatores mais fortes para a entrada na criminalidade.

Partindo dessa e outras constatações, o Viva Rio atua com jovens em situação de risco, principalmente aqueles que vivem nas favelas. Assim, a ONG está presente em cerca de 350 favelas e comunidades de baixa renda da região metropolitana do Rio de Janeiro, em parceria com entidades locais.

Segundo a organização, 64 mil alunos carentes, jovens e adultos, passaram pelas turmas de ensino fundamental e médio promovido pela entidade, por meio do projeto Telecurso Comunidade. Além disso, nos últimos 3 anos beneficiou cerca de 80 mil pessoas em ações educativas e 15 mil em ações de geração de trabalho e renda.

“Os jovens que abandonaram as salas de aula, apesar de somarem cerca de 32% dos casos no Brasil, ainda não ganharam a devida atenção do governo”, critica Rubem César Fernandes.

Pelo menos do lado das organizações, tal realidade não só foi percebida em tempo de provocar mudanças, como sustenta programas em contínuo avanço, a exemplo, em São Paulo, do Instituto Sou da Paz.

Além das campanhas, como a do desarmamento, a entidade se foca em projetos de intervenção. Um deles, na área da cidadania, consiste em criar e fortalecer oportunidades de participação democráticas a jovens de periferia, de bairros como Jardim Ângela, Capão Redondo e Jardim São Luis, áreas tradicionalmente marcadas pela violência que hoje lutam para reverter cada vez mais esse quadro. O objetivo é possibilitar



Rubem César Fernandes, diretor-executivo do Viva Rio



Luciana Guimarães, diretora de projetos do Instituto Sou da Paz

ao jovem agir e transformar o ambiente social, contribuindo para a redução da violência.

E os efeitos já podem ser contabilizados. Por muitos anos em primeiro lugar no ranking das regiões mais violentas do mundo, o Jardim Ângela conseguiu reduzir os índices de homicídio em quase 20%. Segundo o Instituto Sou da Paz, como consequência da organização da comunidade que conseguiu apontar exatamente o que era preciso mudar. Isso também se deve ao fortalecimento da atuação dos jovens que estão conquistando espaço na vida pública e política da cidade e do Brasil.

A entidade ainda acredita que os investimentos sociais feitos de forma integrada e a presença da polícia comunitária são outros fatores importantes nesse processo, que serve de modelo para outras áreas de realidade similar.

Influência das ONGS na área de Justiça e Segurança Pública

Ao se aproximar das comunidades em situação de risco e identificar as demandas sociais locais e os problemas que mais provocam a alta na violência, as organizações vêm se articulando para fazer surgir atividades culturais, esportivas e educacionais, programas de inclusão social, geração de renda e trabalho, entre tantos outros, oferecendo toda uma rede de apoio que vise o desenvolvimento num âmbito global.

Ao mesmo tempo, sabem que é preciso estabelecer uma via mais forte de contato com os órgãos do Estado no que se refere às áreas de justiça e segurança pública para deter outros ângulos da violência.

Desta forma, as ONGS também atuam de forma a cooperar com os órgãos policiais, o Judiciário e o sistema penitenciário para a implementação de programas inovadores de policiamento comunitário, acesso à justiça, resolução de conflitos e reinserção social de egressos (ex-presidiários).

Tão importante quanto a prevenção, os efeitos provocados pela onda de homicídios também devem ser trabalhados. Por isso, o Instituto Sou da Paz mantém o Centro de Referência e Apoio à Vítima (Cravi), que oferece apoio jurídico, psicológico e de assistência social a familiares de vítimas fatais de violência. O Cravi chega a atender 500 casos por ano, com o intuito de romper ciclos de vingança e incluir a recomposição do conflito como preocupação do sistema de justiça.

Outro projeto destaque da ONG é o incentivo a iniciativas de sucesso de policiais. Para tanto, criou o Prêmio Polícia Cidadã que visa reconhecer bons profissionais e práticas eficazes na diminuição da criminalidade, sempre dentro da lei.

O objetivo é também estreitar o relacionamento da comunidade com a polícia, muitas vezes mal vista em função de denúncias de corrupção e abuso de autoridade, além de outros fatores que acabam aumentando as distâncias entre ambos e diminuindo o grau de confiança sobre a corporação. “Queremos reverter a imagem de que todo o policial é corrupto. Se fosse assim, viveríamos uma verdadeira guerra civil”, afirma Luciana.

Quem também atua para estimular soluções por parte dos setores de Segurança Pública é o Instituto São Paulo Contra a Violência.

Criada em 97 por entidades empresariais e não governamentais, universidades e meios de comunicação, a organização tem como principais projetos o Fórum Metropolitano de Segurança Pública e o Disque-Denúncia, além de desenvolver atividades em áreas periféricas de São Paulo.

O Fórum reúne os prefeitos dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo para debater e promover ações para a redução da violência, em plenárias trimestrais e em seis grupos de trabalho, que abordam temas como a implantação do Infocrim (sistema informatizado de registro e mapeamento de ocorrências criminais), prevenção da violência e acompanhamento do Legislativo.

“Esse encontro incentiva a realização de ações integradas da sociedade com o Estado e o setor privado”, explica Paulo de Mesquita Neto, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP e secretário-executivo da ONG.

Já o Disque-Denúncia é um serviço telefônico 24 horas, inaugurado em outubro de 2000 para estabelecer um canal de colaboração da população com a polícia e oferecer melhores condições de atendimento e prestação de contas da atuação policial.

Através dos números do Disque-Denúncia, as pessoas podem, sempre de forma anônima, fornecer informações sobre todo tipo de crime e formas de violência. Ao final da ligação, recebem senha para saber das providências adotadas, resultados obtidos pela polícia a partir da denúncia, ou mesmo para complementar os dados passados anteriormente.

De acordo com a ONG, no primeiro trimestre deste ano, o serviço recebeu mais de 31 mil comunicados. Somente em março registrou um aumento de 62,9% no número de denúncias em relação a fevereiro. Desde sua criação, o Disque-Denúncia ajudou a resolver quase 6.500 casos. Coordenadores creditam esses resultados a grande divulgação na imprensa, além dos adesivos colados nos vidros traseiros dos ônibus da capital paulista.

“O Disque-Denúncia é essencial na medida em que está revertendo uma situação antiga da falta de informações adequadas para a investigação criminal e da grande desconfiança da sociedade sobre a eficácia da polícia em solucionar crimes”, conclui Neto. 🍌

Disque-Denúncia

📞 0800-15-63-15 (Grande São Paulo e Jacareí)
📞 (11) 3272-7373 (outras localidades)

Sua empresa investe em políticas e práticas de responsabilidade social. **Mas qual é o resultado real que isso traz para a sua marca e, sobretudo, para a sociedade?**

Esta é a pergunta que todas as empresas, sem exceção, devem se fazer. O Instituto Parceiros da Vida é uma ONG especializada em comunicação para o terceiro setor e na gestão da área de responsabilidade social corporativa. Uma entidade preparada para auxiliá-lo na condução dessas atividades, orientando e otimizando seus investimentos nessas áreas.

Comunicação e responsabilidade social empresarial. Nós sabemos como fazer.

www.parceirosdavid.org - parceiros@parceirosdavid.org

São Paulo - Paraná - Rio Grande do Sul. Em breve, no Distrito Federal e no Rio de Janeiro.

Apoio:



Voluntariado nas empresas

O que as empresas devem saber para implantar programas de voluntariado eficazes



A primeira pergunta que uma empresa deve fazer é: “Por que queremos um projeto de voluntariado com funcionários?”

Por onde começar a criar programas de voluntariado numa empresa e como revitalizar programas já existentes são dúvidas, como tantas outras, sempre colocadas nas reuniões promovidas mensalmente pelo Centro de Voluntariado de São Paulo para orientar e mostrar a importância dessa atuação na transformação da sociedade.

Tais questões denotam certa insegurança e indefinição dos caminhos a seguir para a maioria das 300 empresas que já estiveram no CVSP, e se devem em grande parte à falta de conhecimento das características, da lógica e do modo de operar da área social.

Nem sempre o conceito de responsabilidade social é claro para as empresas – muitas acreditam que já se tornam socialmente responsáveis ao estruturar um programa de voluntariado com os funcionários. Na realidade, a concepção é bem mais ampla, pois envolve uma postura ética diante dos variados públicos e compromisso com a promoção de mudanças que façam diferença na comunidade.

A primeira pergunta que uma empresa deve fazer é: “Por que queremos um projeto de voluntariado com funcionários?”. A resposta depende de uma reflexão sobre o que ela entende ser seu papel e responsabilidade na sociedade. Precisa-se também fazer uma avaliação do clima interno da empresa.

Em diversos casos em que o CVSP participou da concepção do programa, percebeu-se que o momento não era adequado para dar continuidade à proposta. Fatores como demissões, definição de dissídio, fusões, aquisições e mudança física da empresa podem tomar a atenção dos funcionários a ponto de os desestimularem para o trabalho voluntário.

Além disso, a empresa deve encarar o programa como qualquer outro projeto, sendo necessário estabelecer objetivos e metas, previsão de recursos financeiros, físicos e/ou materiais. Esse

planejamento precisa ser elaborado por todos os envolvidos e contar com apoio e envolvimento da diretoria.

Não menos importante no processo é a definição dos tipos de projetos a serem desenvolvidos e do público beneficiário dessas atividades. O programa pode visar, por exemplo, a ações de conscientização (consumo consciente, coleta seletiva) ou ao trabalho voluntário em alguma organização social. No segundo caso é fundamental que a organização também esteja envolvida no planejamento, para que haja melhor aproveitamento de todo o potencial do trabalho voluntário, que merece acompanhamento qualitativo e quantitativo, fatores essenciais para definir a consistência de uma iniciativa.

Informações relevantes, como população beneficiada, quantidade de horas trabalhadas e recursos despendidos, permitirão que a empresa faça um balanço, divulgue os resultados e principalmente reconheça aqueles que se engajaram e doaram o próprio tempo para fazer diferença na comunidade. Isso é o que vai permitir, se necessário, a revisão e correção dos rumos do programa.

É igualmente comum as empresas solicitarem apoio para revitalizar um programa já existente. Para tanto, cabe rever as metas propostas, os resultados obtidos e o envolvimento dos participantes, além de provocar nova sensibilização nas pessoas ou redirecionamento dos projetos.

Recomendações como essas têm sido feitas pelo Centro de Voluntariado de São Paulo ao longo de seus sete anos de existência e reforçam que o assunto precisa ser tratado de forma profissional e organizada, a fim de se obter sucesso. Assim, a iniciativa privada terá efetivamente como apoiar a participação de todos na transformação tão urgente de nossa sociedade. 

Centro de Voluntariado de São Paulo – CVSP



Avenida Paulista, 1.294, 10º andar
www.voluntariado.org.br
empresarial@voluntariado.org.br

(des)abrigar para a inserção social

Fundação Francisca Franco trabalha com a promoção social, especialmente com o projeto de reinserção de meninas carentes, gestantes ou já mães, vítimas de violência

FELIPE MELLO E
ROBERTO RAVAGNANI
programa@cantocidadao.com.br

“Buscamos a inserção das jovens em uma vida minimamente estruturada, por meio da educação profissionalizante”

Gilson Moreira, presidente da Fundação Francisca Franco



Há muitas décadas, Francisca Franco desenvolveu trabalhos sociais em sua propriedade rural, localizada no sul de Minas Gerais. Naquele local, pessoas carentes da região utilizavam o armazém da fazenda para desenvolver um sistema que pode hoje ser comparado a um projeto embrionário de cooperativismo, que garantia o sustento de muitas famílias. Muitos anos após o falecimento da sra. Francisca, seu filho, Isaac Franco, juntamente à esposa Odila, decidiu constituir uma entidade, a fim de que o trabalho social da família tivesse continuidade. Assim, em dezembro de 1954 era instituída a Fundação Francisca Franco, com a missão de assistir pessoas carentes, prestando auxílio em suas necessidades básicas, como alimentação e vestuário.

O início do trabalho

“Inicialmente, a atuação tinha um aspecto extremamente assistencialista”, comenta Gilson Moreira, presidente da Fundação Francisca Franco. O elo que a família tinha com a Igreja Presbiteriana fez com que muitas pessoas que se dirigiam à igreja em busca de itens de subsistência encontrassem na entidade uma solução para seus dramas diários. Vale lembrar que a ação social, naquele momento histórico, estava intimamente ligada ao assistencialismo, sem haver uma visão integrada ou a busca pela erradicação da origem do problema.

Com a morte de Isaac, parte do patrimônio foi destinado à manutenção da fundação. Dessa forma, outras atividades começaram a surgir na entidade, como a criação do abrigo Casa da Mamãe. Gilson conta que “a razão para a criação do abrigo foi o grande número

de mulheres desamparadas pelos maridos, com muitos filhos, que vinham procurar ajuda na fundação, pois não tinham como sustentar a família”. Assim criou-se a Casa, com capacidade para abrigar até 20 pessoas, entre mulheres e filhos, que recebem insumos e um lugar para morar.

Caroline Domingues, responsável pela captação de recursos da entidade, lembra que “naquela fase, o trabalho era completamente desprovido de profissionalismo, sendo guiado apenas pela boa vontade e o altruísmo”. Isso fazia com que poucos resultados pudessem ser realmente avaliados e verificados, até porque não havia um sistema de reintegração das pessoas – era apenas uma forma de alívio imediato, que criava um vínculo de dependência entre atendido e organização.

Virada de página

O início da década de 80 representou uma virada de página nos trabalhos da fundação. As pessoas atendidas passaram a ganhar em promoção humana, deixando de ser contempladas apenas em suas necessidades primárias. Tudo para que, ao final de um período de abrigamento, a organização pudesse comer-morar o desabrigamento com qualidade.

A Casa da Mamãe existe até hoje e tem como público-alvo mulheres vítimas de violência na perspectiva de gênero (agressões por parte dos companheiros). As participantes têm um período pré-determinado de atendimento (seis meses, no máximo), ou seja, não ficam indefinidamente abrigadas. A existência de um prazo limite é fundamental para que exista um plano de trabalho daquela atendida, evitando que ela

não saia da dependência do companheiro para se tornar uma dependente da instituição. A faixa etária auxiliada é acima de 18 anos, com filhos de até 18 anos.

Atendimento pioneiro e diferenciado

Como resultado da profissionalização e parcerias, hoje são mantidos quatro abrigos que atendem crianças, adolescentes e mulheres. Dentre eles, duas casas trabalham exclusivamente, em caráter de pioneirismo, com jovens gestantes e mães menores de 18 anos. São as unidades conhecidas como Casas da Menina Mãe. A primeira das unidades foi criada no início dos anos 90 para atender a um grupo de meninas com potencial de reinserção familiar. Nessa Casa, o objetivo é preparar a atendida e a família para a aproximação e o convívio saudável. O prazo limite de permanência no abrigo é de aproximadamente um ano e meio.

Já a segunda unidade da Casa da Menina Mãe surgiu em função de algumas necessidades identificadas na primeira. “Buscamos a inserção delas em uma vida minimamente estruturada, por meio da educação profissionalizante, da inscrição do filho em uma creche, enfim, é o início de uma nova vida”, relata o presidente da fundação.

O dia-a-dia na Casa procura atender ao bem-estar comum. Como exemplo referencial, a jovem Maria (nome fictício), menor de idade e gestante, acorda cedo, toma café-da-manhã e cumpre sua parte na limpeza da Casa, seguindo para a escola regular. À tarde, geralmente, há visita ao médico, pré-natal e curso profissionalizante. As meninas passam a conhecer as opções de saúde e lazer oferecidos pela comunidade.

Equipe de colaboradores

Até 1997 não havia controle do número de pessoas atendidas, uma vez que o livro de registro não era sistematizado. De lá para cá vem ocorrendo um processo de estruturação de controle. A equipe conta hoje com 53

pessoas distribuídas nas quatro Casas. Os voluntários já chegaram a 50, sendo esse número variável e normalmente ligado ao entretenimento e ocupação, como técnicas de relaxamento e crochê.

Existem parcerias com grupos de estudantes de Psicologia do Mackenzie e da PUC. “Os alunos da PUC fazem um trabalho de acompanhamento junto ao grupo de moda, a educação profissionalizante. Já a parceria recente com o Mackenzie trabalha com a mediação familiar em que o grupo, acompanhado por supervisão, trabalha com o agressor, para que exista melhor retorno da vítima para a família”, informa Gilson Moreira.

O desafio da captação de recursos

A Fundação Francisca Franco enfrenta desafios no âmbito da captação de recursos. “Captar recursos para abrigos é difícil, pois as empresas muitas vezes encaram o trabalho como obras meramente assistencialistas. As campanhas são a forma mais comum, quando querem envolver os funcionários”, lembra Caroline Domingues. De forma mais contínua, há o apoio da Fundação Mary Speers, da Fundação Ação Criança e do governo, pelos convênios municipais e estaduais. Já na escola profissionalizante de moda, existe apoio de entidades particulares, como o Instituto Camargo Corrêa e a Fundação Abrinq.

A organização publica seu balanço social anualmente e possui auditoria externa, tendo como recompensa a conquista do Prêmio Bem Eficiente, além da posição de finalista do prêmio da Fundação Abrinq.

Neste ano, a fundação comemora 50 anos de uma longa história de serviços prestados à comunidade, especialmente a uma classe extremamente discriminada. Afinal, as jovens carentes não estão grávidas apenas de um bebê, mas também de um futuro, que a organização ajuda a desenhar com cores mais vivas. 



Mães, filhos, futuras mães e funcionárias da fundação

NÚMEROS DA FUNDAÇÃO

50 anos de existência

4 abrigos mantidos

53 pessoas da equipe distribuídas nas Casas

50 é o número de voluntários que já auxiliaram no trabalho das Casas

Fundação Francisca Franco

 Rua Nestor Pestana, 136, 1º andar
Consolação- São Paulo/SP
 www.franciscafranco.org.br
 (11) 3120-2342 e 3159-8121

Felipe Mello e Roberto Ravagnani. Radicalistas, palestrantes e diretores da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.



Grupo Arilton Portella

www.ara-atualiza.com

- ◆ Contabilidade entidades do 3º setor
- ◆ Assessoria no Setor de Recursos Humanos inclusive na elaboração de folhas de pagamentos
- ◆ Assessoria e Consultoria Jurídica para entidades do 3º Setor

Rua Izidoro Chanoski, 157 – Vista Alegre
Curitiba – Paraná CEP 80820-580

Fone (41) 335-3437

Fax (41) 336-2814

AMBIENTAL

Cultivando cidadania, colhendo equilíbrio social

Organização mato-grossense atua na área ambiental há mais de 13 anos, com projetos vitoriosos tanto na preservação do meio ambiente quanto na promoção social

FELIPE MELLO E

ROBERTO RAVAGNANI

programa@cantocidadao.com.br



Erder Bispo, técnico do programa Quintais Produtivos, ao lado de um quintal experimental

Em 1991, um grupo de pessoas da região de Cuiabá resolveu desenvolver um trabalho ligado à preservação ambiental dos três biomas (comunidades distribuídas em grandes áreas geográficas caracterizadas por certo tipo de vegetação) de Mato Grosso, Pantanal, Amazônia e Cerrado. A motivação era o perigo que ameaçava o meio ambiente daquela região, especialmente por ser uma fronteira agrícola. No início, o trabalho do Instituto Centro de Vida (ICV) era extremamente ligado à denúncia e ao protesto, uma resposta aos desmandos na área política relacionada à questão ambiental. Com o passar do tempo, o acúmulo de experiência permitiu que a organização mudasse o escopo de sua atuação a partir da luta pela multiplicação de projetos que vinham sendo realizados com sucesso em diversos locais. “A organização ajudou a criar vários fóruns de articulação e redes de entidades sociais com o foco na proteção e desenvolvimento ambiental, buscando consolidar uma atuação mais profissional na elaboração de políticas públicas, fazendo denúncias embasadas em estudos técnicos dos militantes”, afirma Erlon Bispo, coordenador do ICV.

O ICV desenvolve projetos nos três biomas da região, levando em consideração a importância de cada um deles para o equilíbrio ambiental. As atividades da organização estão concentradas em quatro campos: educação ambiental, busca de alternativas sustentáveis, comunicação e políticas públicas, com atuação no acompanhamento de políticas de forma articulada com diversas entidades. Participando de várias redes de organizações e movimentos sociais. Com suas linhas de atuação, o instituto estende seu trabalho a grande parte do Brasil, inclusive a diversas regiões no continente sul-americano.

Educando para diminuir as queimadas

Dois projetos exemplificam o direcionamento do ICV: Fogo, Emergência Crônica e Quintais Produtivos. O primeiro foi desenvolvido até o final ano passado, em parceria com a embaixada italiana no Brasil. A ação se deu nos estados do Mato Grosso, Pará e Acre, regiões que têm histórico de sofrimento com queimadas criminosas e acidentais. “O trabalho conseguiu um resultado muito interessante na diminuição das áreas de calor. Foi uma atividade com metodologia focada nos municípios, envolvendo os atores sociais para um compromisso com a diminuição das queimadas”, lembra Erlon. Para alcançar a meta desejada, criou-se um ferramental educativo para ensinar às pessoas maneiras racionais de se lidar com o fogo, sem causar impactos ambientais. Com relação aos resultados, a organização afirma que o programa foi um marco para a região norte do Estado do Mato Grosso, por exemplo, onde o número de focos de incêndio reduziu consideravelmente.

Cultivar cidadania

O programa Quintais Produtivos visa a aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos da periferia de Cuiabá, incentivando o plantio e manejo de hortas orgânicas dentro dos quintais. O trabalho começou em 2000 e teve como cenário o bairro Jardim Vitória, região periférica da capital mato-grossense que tem figurado há anos entre os líderes no ranking de violência urbana. Fruto de uma invasão dos sem-terra, o bairro também foi área de garimpo e, desde sua criação, apresentou índices de baixa qualidade de vida, moradores de baixo nível escolar e elevadas taxas de desemprego. Para

“Participar do projeto é fazer parte de um grupo que quer mudar para melhor”

Iremar Malteso, morador de um dos bairros atendidos pelo projeto Quintais Produtivos

“A organização ajudou a criar vários fóruns de articulação e redes de entidades sociais com o foco na proteção e desenvolvimento ambiental”

Erlon Bispo, coordenador do Instituto Centro de Vida



FELIPE MELLO

contextualizar a situação: vale lembrar que o solo da região é constituído basicamente por pedregulho, pouco agricultável, o que impede o plantio de forma simples e habitual.

A realização do projeto se tornou viável a partir de um financiamento da Interamerican Foundation – IAF. “Tivemos um apoio inicial muito importante da IAF. Participamos de um concurso que a fundação fez em 1999 e fomos classificados. Tivemos, assim, a oportunidade de estruturar o trabalho”, relata o coordenador do instituto. A partir desse concurso, o ICV recebeu aproximadamente US\$ 300 mil, recurso que patrocinou o programa até o final de 2003. Além da IAF, o projeto tem como parceiros a Prefeitura Municipal de Cuiabá, por meio da Secretaria de Serviços Urbanos, e a Cooperativa de Trabalhadores e Produtores de Materiais Recicláveis de Mato Grosso Ltda. (Coopemar).

A campanha propõe a capacitação de populações carentes da periferia do município para a produção de horticultura, fruticultura e minhocultura (criação de minhocas), utilizando técnicas de permacultura (implantação e manutenção de ecossistemas produtivos que tenham a diversidade e a resistência dos ecossistemas naturais) e o composto orgânico produzido pela Usina de Triagem e Compostagem de Lixo de Cuiabá. O trabalho atende diretamente 156 famílias beneficiárias, por meio de 120 quintais consorciados. Os moradores que tiveram seus quintais selecionados receberam apoio pela doação de sementes, equipamentos e, principalmente, qualificação para o desenvolvimento de hortas domésticas. “Participar do projeto é fazer parte de um grupo que quer mudar para melhor. Hoje cuido do meu quintal e também ensino para meus filhos a importância de trabalhar junto com a comunidade. Com certeza esse

trabalho trouxe mais dignidade para nossa vida”, declara Iremar Malteso, morador do bairro Jardim Vitória, um dos atendidos pelo projeto Quintais Produtivos.

Vale ressaltar que, de forma indireta, esse programa do ICV atende também pelo menos outras 770 pessoas com o processo de educação ambiental, treinamento, assistência técnica e assessorias, pesquisa aplicada e articulações.

Subsistência e geração de renda

As famílias que fazem parte do projeto Quintais Produtivos têm constantemente uma possibilidade de alimentação saudável, com diversos tipos de verduras e legumes que enriquecem o cardápio. Assim também se amenizam as dificuldades orçamentárias. São dos menos favorecidos. “Além de ser uma ferramenta de subsistência, o projeto também proporciona uma opção de geração de renda para as famílias”, conta Erlon. Isso porque existe um cronograma de comercialização do excedente da produção dos quintais. O mecanismo é simples, porém eficiente e diferenciado. A organização promove a venda dos produtos dos quintais em condomínios residenciais da cidade. Um quiosque é elaborado para que os produtos sejam expostos, e os moradores dos condomínios se dirigem ao local para fazer compras, como se fosse uma espécie de feira delivery. “Todos saem ganhando com essa iniciativa. Temos a opção de comprar um alimento de qualidade, orgânico (cultivado sem produtos químicos) e, mais importante, contribuir para o equilíbrio social”, comenta um morador de condomínio visitado pelo projeto.

Atualmente, em função do fim da parceria com a IAF, o Instituto Centro de Vida busca novos apoiadores para dar continuidade ao trabalho dos quintais. Os recursos são necessários para manter o ritmo de treinamento e

reciclagem de conhecimento daqueles que já fazem parte do programa, assim como para expandir o impacto social da atividade.

A iniciativa dos Quintais Produtivos reforça aquele velho bordão: “mais importante que dar o peixe é ensinar a pescar”. É mais um exemplo vitorioso que demonstra o alto potencial existente nos projetos que chamam a comunidade à ação. 🐟

NÚMEROS DO ICV

13	anos de existência
156	famílias beneficiadas pelo projeto Quintais Produtivos
300	mil dólares foi o valor do recurso financiado pela IAF
770	pessoas atendidas com o processo de educação ambiental, treinamento, assistência técnica e assessorias, pesquisa aplicada e articulações

ICV – Instituto Centro de Vida

Avenida José Estevão T. da Silva Neto,
999 – Jardim Vitória – Cuiabá/MT
www.icv.org.br
(65) 641-5382

Felipe Mello e Roberto Ravagnani. Radialistas, palestrantes e diretores da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Solidariedade em rede nacional

Associação Nóbrega de Ensino e Assistência Social se dedica à formação de jovens e ao bem-estar social

MARCIO ZEPELINI
marcio@zeppelini.com.br



Zulmira e Marivaldo encenam peça teatral sobre a água, parte do programa Gente Feliz



Alunos, todos bolsistas, do curso noturno no laboratório de química do Colégio Santo Ignácio

A filantropia já era a dedicação da entidade bem antes de o governo iniciar suas atividades fiscalizadoras das práticas sociais sem fins lucrativos. O Certificado do CNAS, almejado por diversas instituições atualmente, só veio por pura burocracia, pois, na verdade, comprova uma atividade que, há mais de 100 anos, é feita por amor e paixão à humanidade.

A entidade em questão é a Aneas – Associação Nóbrega de Ensino e Assistência Social. Fundada em 1900 pelos jesuítas, a associação é mantenedora de 16 filiais dedicadas ao ensino e à filantropia nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. São casas da juventude; lares e casas de atividades para idosos; colégios e faculdades – entre eles, o reconhecidíssimo Colégio Santo Ignácio, no Rio, e o Colégio e Faculdades São Luiz, em plena avenida Paulista, em São Paulo.

A Aneas faz parte de um complexo de províncias jesuítas que abrange todo o território nacional, divididas em quatro grandes regiões que abrigam duas ou três mantenedoras. Estas têm a função de administrar e gerir as filiais que, em sua maioria, têm ações e projetos locais voltados à educação e à assistência social.

“Estávamos trabalhando com ações muito pulverizadas. De três anos para cá, decidimos nos focar mais em projetos maiores e mais relacionados à filosofia de educação e assistência”, conta Pe. Donizetti Venâncio, ecônomo e administrador provincial da Aneas, pertencente à província centro-leste, que abrange justamente o eixo Rio-São Paulo.

Todo ano, a associação conta com cerca de R\$ 80 milhões de receita anual, provenientes principalmente de mensalidades escolares e aluguéis de imóveis pertencentes à instituição. Apesar da obrigação de ofertar 20% de sua receita em gratuidades, a entidade sempre atinge mais de 25% de suas cotas de filantropia.

Pela lei, a Aneas deveria aplicar cerca de R\$ 16 milhões em trabalhos sociais, mas em 2003, a exemplo de anos anteriores, atingiu a marca de R\$ 22 milhões, sendo dois terços dessa renda revertidos somente à educação.

“Só no Colégio Santo Ignácio, investimos R\$ 6 milhões em gratuidades”, afirma satisfeito Pe. Donizetti. A marca também é motivo de orgulho para os coordenadores do curso noturno do colégio: “Já tiramos muita gente do tráfico. Os alunos descem o morro e vêm para cá como se nós fôssemos a segunda família deles”, enfatiza Neuza Maria Rocha, coordenadora do Serviço de Orientação do colégio.

O estabelecimento conta com cerca de cinco mil alunos entre a alfabetização e o colegial. No período noturno, todos os 1.400 alunos são bolsistas, pagando apenas uma pequena taxa de R\$ 25 por ano. “É um valor simbólico que cobramos para que os alunos dêem valor ao ensino”, explica Carlos Alberto Gomes dos Santos, coordenador pedagógico do curso noturno.

O processo seletivo é rigoroso: só entra quem realmente não tem condições de pagar. São moradores das diversas favelas do Rio de Janeiro que preenchem um questionário e fazem entrevistas para conseguir a bolsa. Tanto que o maior problema do colégio é a evasão devido aos alunos não terem dinheiro para o transporte residência-escola-residência. Outro problema freqüente é que certas favelas comandadas por traficantes impõem horário máximo de entrada no morro.

Além do ensino convencional, o colégio ainda mantém alguns cursos profissionalizantes, como de enfermagem e administração. Carlos Alberto complementa: “A tudo que o aluno pagante tem acesso, o bolsista também tem – laboratórios de ciências, informática, empréstimos de livros na biblioteca, absolutamente tudo”. Vale lembrar que o Colégio Santo Ignácio é considerado uma das melhores escolas da cidade



“Queremos que as pessoas por nós atendidas encontrem um sentido de viver” Pe. Donizetti



ARQUIVO FUNDAÇÃO FRANCISCA FRANGO

carioca e que os pais dos alunos da manhã e tarde, todos de classe média alta, desembolsam no mínimo R\$ 800 pela mensalidade.

Pré-vestibular

Envolvidos com o sistema do Colégio Santo Ignácio, alunos do noturno resolveram dar continuidade ao projeto e estender o trabalho para um curso preparatório pré-vestibular. Criaram então o Invest, que prepara alunos para os exames vestibulares de escolas públicas e privadas. “Os alunos motivam-se pelo sonho de ter um diploma, a fim de ganhar, principalmente, dignidade”, comenta Fábio Cerqueira Campos, idealizador e coordenador do curso inaugurado em 1998, que conta hoje com 130 vagas todos os anos.

Gente feliz é gente praticando conhecimento

Outro trabalho da Aneas é o Espaço Cultural Gente Feliz que ministra cursos de teatro, dança e canto, além de preparar oficinas de artesanato em que os idosos aprendem diversificadas atividades e conseguem reativar a própria auto-estima. “Quando estava em casa, minha mente era vazia”, lamenta Marlene, participante das oficinas de artesanato. No espaço, jovens de até 30 anos também aprendem informática e sonham com um futuro inserido no mercado de trabalho.

Cem idosos recebem ainda mensalmente uma bolsa-auxílio de R\$ 200 para ajudar na renda familiar. Vandalva Paixão, coordenadora do espaço, destaca: “O importante é que as atividades desenvolvidas fazem trabalhar a cabeça de cada idoso, fazem com que eles encontrem uma razão para viver – e viver feliz. Eles vêm aqui para obter lazer e aprendizado. O cheque passa a ser um detalhe”.

O fruto do trabalho dos idosos vai para exposições e feiras de artesanato e o capital arrecadado fica para o próprio artesão, que deverá,

com uma parte, comprar mais matéria-prima para a produção de novos itens. Os idosos conseguem, individualmente, entre R\$120 e R\$150 por evento.

Recentemente, o Espaço tem buscado um novo desafio: realizam mensalmente o sonho de dois idosos. Eleitos por uma comissão de pessoas que já foram contempladas com o plano, os pedidos são analisados e realizados pela Aneas. “Tem gente que sonha em visitar um parente que mora em outro Estado, ou com um telhado novo para sua casa. Outros desejam simplesmente um fogão a gás; são sonhos que podem ser pequenos para nós, mas para eles são grandes realizações”, comenta Pe. Donizetti.

Gestão motivada por resultados

O maior intuito dos trabalhos praticados pela Aneas é o desenvolvimento pessoal dos usuários dos programas sociais, como explica Pe. Donizetti: “Não fazemos o assistencialismo por si só, não entregamos de mão beijada o arroz-e-feijão: queremos que aqueles por nós atendidos encontrem um sentido de viver”.

Nota-se essa filosofia ao perceber em cada rosto um sorriso que vai além de mera alegria – é um sorriso de satisfação gerado pelo conhecimento adquirido.

Outra forma interessante de trabalho é a gestão do conhecimento, em que pessoas que se dão melhor nas aulas de artesanato, por exemplo, auxiliam as que têm mais dificuldades em horários alternativos às aulas normais. Isso também ocorre no cursinho Invest. Os professores são voluntários – alguns formados pelo curso noturno do Santo Ignácio – e dão aula das matérias que têm mais conhecimento, mas não são necessariamente bacharelados naquele assunto.

Na área administrativa, Pe. Donizetti centraliza a contabilidade e o plano de contas na sede da Mantenedora, no bairro de Botafogo, no Rio: “Cada filial tem autonomia para a

tomada de decisões, além de orçamento próprio. Resolvemos centralizar somente a contabilidade, a fim de facilitar a prestação de contas ao CNAS”. O próximo passo é ter uma política assistencial única para as 16 filiais.

Pe. Donizetti ainda manda um recado: “Nossas ações sociais têm forte êxito em função de um trabalho árduo e com mentalidade o mais profissional possível. Atualizações com consultorias e cursos são constantes entre nossos funcionários, para que, administrativamente, tenhamos um projeto saudável. Quando falo com o banco, por exemplo, sou como um empresário: brigo pelas melhores taxas, rentabilidade e liquidez”. ☺

NÚMEROS DA ANEAS

- 104** anos de existência
- 16** filiais nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo
- 22** milhões de reais investidos em ações de educação e assistência social
- 15** mil pessoas beneficiadas
- 200** reais por mês é o valor da bolsa-auxílio dada aos idosos participantes do Projeto de Atendimento à Terceira Idade

MARCO ZEPPELINI



Aneas

Rua Bambina, 115
Botafogo – Rio de Janeiro/RJ
(21) 2539-1622

1 As entidades sociais são obrigadas a instalar conselho fiscal? Existe previsão legal para a quantidade mínima e/ou máxima para a formação desse conselho?

Pelo Código Civil, não é obrigatório. No entanto, para garantir mais transparência nas atividades, sugere-se a criação de um conselho que faça a fiscalização interna da entidade. Não há lei que delimite o número de conselheiros, contudo, por analogia à Lei das S/A, seria necessário o mínimo de três pessoas para sua composição.

2 O Darf relativo aos recolhimentos do Pis/Pasep, Cofins e CSLL deverá confluir anualmente na declaração anual do Dirf?

Anualmente, até o dia 28 de fevereiro do ano subsequente, as pessoas jurídicas que efetuem a retenção de que trata a Instrução Normativa 381/2004 deverão apresentar à SRF Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf), discriminando, mensalmente, o somatório dos valores pagos e o total retido, por contribuinte e por código de recolhimento.

3 É obrigatório haver conselho fiscal nas Oscips?

Há obrigatoriedade em razão da própria característica das Oscips, que geralmente realizam parcerias ou subvenções com o governo. Entretanto, não é obrigatório que o órgão de fiscalização seja denominado conselho fiscal, autorizando a lei à criação de um “órgão equivalente”.

4 Como pode uma instituição sem fins econômicos pleitear isenção à CPMF?

As entidades de assistência social são isentas do recolhimento da CPMF se preencherem alguns requisitos, tais como: serem reconhecidas de Utilidade Pública Federal, Estadual ou Municipal (ou do Distrito Federal); serem portadoras do Ceas, e promoverem assistência social beneficente.

5 A entidade social tem direito à isenção de uma taxa municipal?

A taxa não é tributo, mas sim contraprestação de serviços públicos. Segundo a Constituição Federal, a competência para legislar sobre tarifas é da União, e não do município. Entretanto, ao se tratar de tarifa municipal sobre serviços do próprio município, poderá haver a concessão da isenção a determinados contribuintes, como por exemplo, às entidades sociais.

6 Que código a guia Darf possui para recolhimento do Pis/Pasep, CSLL e Cofins?

O recolhimento deverá ser feito mediante a utilização do código de receita 5952, discriminando cada tributo. No caso de pessoa jurídica beneficiária de isenção, o recolhimento das contribuições não alcança-das pela isenção deverá ser feito obrigatoriamente com a utilização do respectivo código de cada receita: código 5987 para a CSLL; 5960 para a Cofins, e 5979 para a contribuição para o Pis/Pasep.

7 As entidades sem fins lucrativos devem recolher a Contribuição Sindical Patronal?

As instituições que comprovarem que não exercem atividade com fins econômicos podem ser isentadas do pagamento da Contribuição Sindical Patronal. Para tanto, deverão apresentar uma série de documentações que confirmem tal condição, entre as quais ser possuidora do Ceas.

8 Quais os procedimentos para a instalação de uma entidade estrangeira no Brasil?

A instalação de entidades estrangeiras no Brasil só é possível mediante outorga governamental. Por vezes é até mais fácil que as sociedades estrangeiras instalem-se no Brasil por via da criação de outra instituição, brasileira, constituída sob as leis de nosso país.

9 Quais são os instrumentos jurídicos aptos a reger as relações de cooperação entre as organizações sem fins econômicos e o poder público?

O contrato administrativo, que regula relações comerciais com o poder público; os convênios, que são instrumentos utilizados para gerar uma espécie de associação entre o poder público e as entidades, e Termo de Parceria, destinado à formação de um vínculo de cooperação entre uma Oscip e o poder público.

10 Existe obrigação de existência de assembléia geral nas associações?

Sim. O Código Civil prevê matérias de competência exclusiva da assembléia geral, especialmente no art. 59, indicando, dessa forma, a obrigatoriedade de sua constituição.



Alexandre Menezes (Xandão), Lauro Farias, Marcelo Falcão e Marcelo Lobato, integrantes d'O Rappa

Banda com consciência de cidadania

O Rappa compõe e atua pela conscientização da sociedade

THAÍS MENDES

Successo entre os jovens de todo o Brasil, a banda O Rappa existe desde 1994 e sempre manifestou em suas composições a indignação com as desigualdades do país. Com o passar do tempo, o grupo sentiu necessidade de fazer alguma diferença nesse quadro social. Por isso, a partir de 1999, com o lançamento do disco *Lado B Lado A*, O Rappa buscou a ONG Fase para ajudá-los em campanhas de incentivo a projetos de jovens carentes.

A Fase foi fundada há 40 anos e atua com questões étnicas, socioambientais e de assistência social. A parceria entre a banda e a organização resultou no projeto Na Palma da Mão, que visa patrocinar iniciativas idealizadas por jovens carentes. Já foram financiados, por exemplo, projetos que tratavam de temas como sexualidade, dança, aulas de artesanato e de grafite para filhos de presidiários.

No mês de abril, a banda esteve presente no Show pela Vida, que também contou com a participação de Marcelo D2. A renda do evento organizado pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) foi revertida para a compra de livros destinados aos programas Fome de Saber, da própria fundação, e ao Quero Ler – Biblioteca para Todos, do governo federal.

Em entrevista à Revista Filantropia, O Rappa conta sobre o crescente envolvimento com as ações sociais.

Revista Filantropia: *O que os levou a participar do Show pela Vida?*

O Rappa: Achemos o show uma iniciativa maravilhosa. Reverter a renda para a compra de livros é tudo o que a garotada brasileira precisa. Estudar e ver o mundo com olhos menos ingênuos – saber dos deveres, mas também dos direitos.

Filantropia: *Qual é o objetivo da união entre O Rappa e a ONG Fase?*

O Rappa: Desde o lançamento de *Lado B, Lado A* nos unimos à Fase, angariando fundos para financiar projetos sociais em todo o Brasil. Já são 17 beneficiados até agora. O importante é que sejam projetos criados por jovens, para beneficiar outros jovens carentes. Queremos a juventude pensando, à frente na luta pela igualdade de direitos. Modestamente, temos conseguido bons resultados.

Filantropia: *Alguns dos integrantes da banda já era voluntário antes desse programa, ou fazia algo pela área social?*

O Rappa: Antes de sermos conhecidos como O Rappa, éramos financeiramente bastante humildes. A música nos deu a possibilidade de ajudar, divulgando cidadania e respeito ao próximo.

Filantropia: *A crescente atuação solidária no país ajuda no desenvolvimento social?*

O Rappa: Sem dúvida. Seria melhor se todos pudessem fazer um pouquinho e cobrar também seus direitos, o comprometimento com o povo. Enfim, há uma crise de valores que parece afetar a sociedade como um todo.

Filantropia: *Vocês acham que o governo atual está mais preocupado com a área social?*

O Rappa: É preciso esperar acabar o jogo para ver o placar, mas parece que pouca coisa mudou até agora. A corrupção tinha de ser combatida a todo custo.

Filantropia: *É importante que artistas conhecidos apoiem projetos sociais? Isso acaba dando mais visibilidade às iniciativas?*

O Rappa: A ajuda precisa ser verdadeira, vir de dentro. Se não tudo vira “modinha” e soa falso. Mas é claro que a união faz a diferença.

Além de trazer informações sobre a Fase e sobre os programas que já foram apoiados pelo Na Palma da Mão, o site da banda ainda divulga links de outras organizações não-governamentais e sites que discutem temas relacionados à cidadania. 



www.orappa.com
www.fase.org.br